



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 031

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 031

29ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Cleiton Kielese 13

Dep. Jocelito Canto 14

Dep. Edson Strapasson 16

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 12

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 15

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson 16

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 22

Liderança dos Democratas

Dep. Plauto Miró 23

Liderança do Governo

Dep. Caíto Quintana 24

Dep. Luiz Claudio Romanelli 27

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão / Votação:

Redação Final 30

2ª Discussão 30

1ª Discussão 30

Requerimentos 34

Encerramento da Sessão 37

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 38

DIÁRIO Nº 031

29ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

18 DE ABRIL DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri,

Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Fábio Camargo, Mamede e Ney Leprevost e Rui Hara (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 064/07

SÚMULA:

Propõe a instalação da Delegacia Especializada em Crimes na Internet.

Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação da Delegacia Especializada em Crimes da Internet, criada pela Lei nº 13286, de 26 de outubro de 2001;

II - a lei entrou em vigor quando foi publicada no Diário Oficial nº 6109, de 09 de novembro de 2001, mas até a presente data a delegacia ainda não foi instalada, trazendo enormes prejuízos à comunidade, pois existem inúmeras situações em que criminosos, aproveitando as lacunas e falhas do sistema, tentam ou efetivamente se apropriam de informações, acesso a cartões de créditos, contas correntes de pessoas físicas e jurídicas, além de proporcionar acesso indiscriminado para quem quiser visitar páginas de pornografia, de pedofilia, de violência, entre outras.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 065/07

Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde.

Os Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel dirigem-se a V. Exa. para solicitar:

1 - a instalação de duas Unidades de Saúde, no município de Carambeí;

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(aa) NEY LEPREVOST

MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz premente em virtude de nossa visita à região dos campos gerais e a constatação da necessidade de dois bairros carentes do município de Carambeí, que enfrentam dificuldades porque tiveram um crescimento populacional muito elevado e pela localização que dificulta a mobilidade dos usuários de saúde até a unidade central.

INDICAÇÃO Nº 066/07

SÚMULA:

Sugere a construção de uma quadra de esportes coberta, na Escola Estadual Ipiranga, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma quadra de esportes coberta na Escola Estadual Ipiranga, no município de Maringá;

II - estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade maringense e que há muito reivindica a construção da cobertura na quadra.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 19 de abril (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 255/07, de minha autoria, isenção da cobrança de tarifas das motocicletas nas rodovias pedagiadas administradas pelo governo do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 110/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a discriminação aos portadores de epilepsia, tendo em vista que o autor apresentou novo projeto, com melhor redação do apresentado anteriormente.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 895

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 02 de maio, para lançamento e comemoração da 3ª Edição da Agenda Legislativa do Paraná - 2007 - FIEP.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Emilio Boquetti, ocorrido em 15 de abril, em Curitiba, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 899

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Odilon de Oliveira Lima, ocorrido em 13 de março, em Loanda, Paraná.

Que da decisão se dê ciência à família, com o envio de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 81 anos de idade, o professor Odilon de Oliveira Lima, uma das pessoas mais ilustradas da cidade de Loanda.

Partícipe atuante da vida da comunidade loandense, exerceu diversas atividades em vários setores da sua sociedade.

Odilon de Oliveira Lima era contabilista, professor, jornalista e radialista.

Foi Secretário Administrativo da Prefeitura de Loanda, Presidente dos Serviços de Obras Sociais, Secretário da Educação do município, Assessor Técnico da Câmara de Vereadores, Presidente do extinto Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL, e além de ter lecionado no Colégio Estadual Guilherme de Almeida, foi seu Vice-Diretor.

Na área de comunicação, o professor Odilon trabalhou no Jornal de Loanda, fundou a Gazeta Regional, dirigiu Loanda em Revista e ajudou a implantar as rádios Educadora e Comunitária em Loanda, além da Ivaí, na vizinha cidade de Santa Isabel do Ivaí, onde residiu durante 10 anos.

Em Santa Isabel do Ivaí, trabalhou na Escola Normal Regional Dr. Erasto Gaertner, além de ter trabalhado na Cerâmica Santa Isabel e em escritório de contabilidade. Lá instalou um serviço de alto-falantes e foi sócio-fundador do tradicional Ivaí Clube de Campo.

Suas múltiplas atividades, sua dedicação às causas administrativas, beneficentes e divulgacionais nessas duas cidades onde morou, a seriedade e dedicação devotadas ao trato das coisas públicas, granjearam ao professor Odilon de Oliveira Lima, o respeito e a simpatia de todos os seus concidadãos.

O extinto era procendente da cidade paulista de Graça onde iniciou sua carreira de radialista, tendo sido inclusive, ator em novela de rádio.

Todos esses dons e virtudes não foram suficientes para eclipsar uma das suas principais qualidades: a humildade. Embora tardiamente, pois a morte do professor Odilon ocorreu no dia 13 de março, esta Casa de Leis cumpre o dever de registrar justa homenagem à memória de quem ajudou a construir a memória de Loanda e dela hoje fazer parte. Odilon deixa chorosa a população de Loanda e da sua também querida Santa Isabel do Ivaí e mais entristecida, a sua sempre dedicada esposa, dona Fany, mais os filhos Wagner e Odilon e suas duas netas.

Que da decisão desta Assembléia Legislativa do Paraná se dê ciência aos poderes constituídos das cidades de Loanda e de Santa Isabel do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao município de Capanema, pela Resolução nº 1948, de 11 de abril de 2007, publicada ontem, dia 16, no Diário Oficial da União, que habilita ao tráfego internacional o ponto de fronteira localizado no mencionado município.

Requer ainda, que deste requerimento seja dada ciência ao Exmo. Sr. Milton Kafer, DD. Prefeito Municipal, à Avenida Parigot de Souza, 1080; ao Exmo. Sr. Marcelino Ampessan, DD. Presidente da Câmara de Vereadores, à rua Pe. Cirilo, 274; e ao Sr. Sílvio Machado, DD. Presidente do Diretório Municipal do PMDB, à Av. Parigot de Souza, 1460, todos em Capanema/PR, CEP 80670-000.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma luta de muitos anos, finalmente reconhecida. O Prefeito Milton Kafer esteve recentemente em Brasília, defendendo essa habilitação junto ao Ministério de Relações Exteriores, obtendo essa vitória que habilita ao tráfego internacional o ponto de fronteira de Capanema, no estado do Paraná, por possuir infraestrutura de acesso adequada e potencial de fluxo de veículos satisfatório.

Merecem, portanto, nossas congratulações os poderes constituídos e a população em geral do município de Capanema, por essa conquista que, certamente, trará muitos benefícios não só à cidade como à toda região.

REQUERIMENTO N° 890

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Renato Valmassoni Pinho.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Renato Valmassoni Pinho, conceituado médico paranaense, especialista em proctologia e gastro, desempenhando importante contribuição para o avanço da medicina, com relevantes serviços prestados aos seus pacientes, atuando no Instituto de Coloproctologia e Cirurgia do Aparelho Digestivo.

REQUERIMENTO N° 893

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que aqui subscreve, facultado pelas disposições regimentais desta Casa Legislativa, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, solicitando as seguintes informações constantes em planilha de custos do único hospital psiquiátrico público do Estado do Paraná, o Hospital Colônia Adauto Botelho, especificando o custo do paciente/dia composto por:

- folha de pagamento dos funcionários, de acordo com a Portaria n° 251/02 GM;
- número de funcionários;
- custos com material médico, hospitalar e medicamentos;
- custos com alimentação com pacientes e funcionários;

- custos com manutenção em geral (luz, água, telefone, etc);
- custos com materiais terapêuticos;
- número de pacientes com internação integral/mês;
- discriminação do número de funcionários estatutários e empregados;
- a estimativa de economia proveniente dos benefícios tributários (isenções).

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de cobertura na quadra de esportes da Escola Municipal Castro Alves, do município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Municipal Castro Alves desenvolve suas atividades em espaço cedido pelo estado e conta atualmente com 336 alunos. Neste ano implantou-se na escola o ensino em tempo integral, oferecendo o estabelecimento aulas de literatura, artes visuais, artesanato, atividades desportivas e diversas outras atividades extracurriculares.

Localizando-se o educandário em município de altas temperaturas, faz-se imprescindível que a quadra de esportes seja coberta, a qual poderá ser também utilizada em dias de chuva, evitando, neste caso, a suspensão das atividades realizadas na quadra.

Trata-se de antiga e justa reivindicação formulada pela comunidade estudantil, através da Vereadora Dilce Lira Fontana, Vereador Ademir Paulo Pasetti, Diretora professora Maria de Lourdes Picotti Lino, e Presidente da APM Moacir Bataglin.

REQUERIMENTO N° 892

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo sejam canceladas as vendas de florestas paranaenses, feitas no governo anterior através da Paraná Ambiental, bem como indenizado o erário público pelas perdas sofridas com a exploração posterior. Tal solicitação prende-se ao fato de ter sido efetuada auditoria de onde se constatou subfaturamento na venda de tais florestas.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER, no sentido de atender o pedido do Sr. Paulo Isolani, que solicita a execução de pavimentação definitiva na Rodovia da Maça - PR-512. Devido as chuvas e alto tráfego de caminhões que transportam safra, essa rodovia encontra-se intransitável. A rodovia é utilizada por estudantes que diariamente correm risco de acidentes, fora os atrasos às aulas, pois a velocidade média desenvolvida pelos veículos é de 30 Km/h. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente através dos telefones 3622-2677 e 3639-1369.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 887

Senhor Presidente:

REQUER informações à Secretaria de Estado da Saúde, para que responda aos seguintes questionamentos:

1) Quais os dados informativos que compõem a planilha de custos do único hospital psiquiátrico público do estado do Paraná (Hospital Colônia Adauto Botelho)?

2) Especificar o custo do paciente/dia com detalhamento dos seguintes dados:

a) folha de pagamento dos funcionários, de acordo com a Portaria n° 251/02 GM;

b) custos com material médico/hospitalar e medicamentos;

c) custos com alimentação com pacientes e funcionários;

d) custos com manutenção em geral (luz, água, telefone, etc.);

e) custos com materiais terapêuticos;

f) número de pacientes com internação integral/mês;

g) discriminação do número de funcionários estatutários e empregados;

h) a estimativa de economia proveniente dos benefícios tributários (isenções).

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias ante diversos questionamentos por parte da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná, que dão conta de perigo iminente da suspensão do atendimento psiquiátrico em nosso estado.

REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente:

REQUER informações à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para que responda aos seguintes questionamentos:

1) Qual o andamento dado, por esta Secretaria, aos repasses do Fundo de Desenvolvimento Urbano ao município de Curitiba, suspenso em setembro de 2006?

2) O que motivou tal decisão?

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento se faz pertinente em razão de informações que dão conta da suspensão dos repasses do Fundo de Desenvolvimento Urbano ao município de Curitiba, desde setembro de 2006.

Destaque-se que tais valores são fundamentais para o município, pois vários projetos dependem destes recursos, tais como pavimentação de ruas nos bairros, implantação de anel viário e recuperação de avenidas.

REQUERIMENTO N° 903

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Lunardon, após ouvido o douto Plenário, informar qual o valor da parcela de contribuição do estado relativamente aos seus servidores para o Parana-Previdência (Fundos Previdenciário e Financeiro)? Qual é o valor das contribuições dos servidores que o estado desconta nos respectivos holerites para repasse ao Fundo Previdenciário, mensalmente e anualmente? Houve atraso no repasse de valores descontados dos servidores para o Fundo? Em caso positivo, detalhar valores e datas do ocorrido. Atualmente o estado está em débito com a ParanaPrevidência?

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, EDGAR BUENO, DUÍLIO GENARI, PASTOR EDSON PRACZYK, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS, MARCELO RANGEL, CIDA BORGHETTI, RENI PEREIRA, CHICO NOROESTE, RIBAS CARLI FILHO, ROSANE FERREIRA e uma ilegível.

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI N° 274/07**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui o Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná e estabelece critérios e linhas de apoio e estímulo à agricultura familiar do estado do Paraná, à fixação do homem no campo e à melhoria na qualidade de vida de suas famílias, com facilitação ao acesso do uso de energia elétrica no meio rural.

Art. 2º Serão beneficiados pelo Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná, os agricultores, os pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores e os aquicultores que atendam os requisitos de enquadramento do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e que possuam sua economia familiar diversificada conforme:

- I - desenvolvam pelo menos três atividades;
- II - entre estas três atividades esteja a atividade florestal;
- III - poderão ser consideradas para o enquadramento nestes requisitos aquelas atividades não agrícolas desenvolvidas no meio rural;
- IV - para fins de classificação poderão ser consideradas todas as atividades desenvolvidas pelo conjunto de unidade familiar.

Art. 3º Para ter acesso ao Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná e obter seus benefícios o produtor rural deve apresentar a cada 5 anos à companhia distribuidora de energia elétrica, junto à sua conta de luz, a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, emitida por órgãos oficiais e entidades representativas dos produtores autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Art. 4º O produtor rural deverá apresentar, ainda, a declaração de que atende aos critérios de diversificação estabelecidos no Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná, emitida pelo órgão oficial de extensão rural - EMATER - em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, atendendo as condições especificadas nos parágrafos seguintes:

- § 1º Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- § 2º Resida na propriedade ou em local próximo.
- § 3º Possua, no máximo, quatro módulos fiscais (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária).
- § 4º Tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento.
- § 5º Tenha renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do PRONAF.

Art. 5º Os benefícios do Programa Agricultura Premiada do Estado do Paraná, serão concedidos a cada grupo de classificação do PRONAF, na segunda forma A, A/C, B e C:

I - beneficiários enquadrados na categoria A, A/C e B terão desconto de 100% na instalação do trecho compreendido entre a rede de alta tensão e o ponto medidor em sua propriedade e de 90% na conta de energia elétrica da unidade familiar.

II - beneficiários enquadrados na categoria C terão desconto de 70% na instalação do trecho compreendido entre a rede de alta tensão e o ponto medidor em sua propriedade, e de 70% na conta de energia elétrica da unidade familiar.

III - beneficiários enquadrados na categoria D terão desconto de 50% na instalação do trecho compreendido entre a rede de alta tensão e o ponto medidor em sua propriedade, e de 50% na conta de energia elétrica da unidade familiar.

IV - beneficiários enquadrados na categoria E terão desconto de 30% na instalação do trecho compreendido entre a rede de alta tensão e o ponto medidor em sua propriedade, e de 30% na conta de energia elétrica da unidade familiar.

Art. 6º Os critérios para a classificação dos grupos descritos no artigo anterior e seus parágrafos, constam do anexo I, e serão alterados automaticamente sempre que alterados pelo PRONAF.

Art. 7º Os descontos equivalentes aos benefícios do Programa Agricultura Premiada do Estado do Paraná, serão concedidos diretamente pela companhia de distribuição de energia elétrica - COPEL - aos enquadrados no programa na fatura de energia elétrica do produtor.

Art. 8º Os recursos para a operacionalização do Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná serão oriundos do orçamento geral do estado, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, referência agricultura familiar.

Art. 9º O anexo I, contendo os critérios de enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, safra 2007/2008 será atualizado anualmente.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.07.
(a) LUIZ NISHIMORI

Anexo I
Critérios de enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
para safra 2006/2007.

Grupo	Beneficiários
A	Assentados da reforma agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do governo federal, Agricultores adimplentes, participantes do Programa de Recuperação de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA ou do Programa de Recuperação de Assentados do INCRA, que não tomaram financiamento de investimento nos grupos “C”, “D” ou “E”.
A/C	Assentados da reforma agrária que já contrataram financiamentos no grupo “A”.
B	Agricultores com renda bruta anual de até R\$ 3.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural).
C	Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 3.000,00 e até R\$ 14.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes de atividades rurais).
D	Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes de atividades rurais).
E	Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 40.000,00 e até R\$ 60.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadorias decorrentes de atividade rural). E atenda às condições abaixo: - explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; - resida na propriedade ou local próximo; - possua, no máximo, quatro módulos fiscais (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária); - tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento; - tenha renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do PRONAF.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende instituir o Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná, bem como, estabelecer critérios e linhas de apoio e estimular a agricultura familiar no estado e à fixação do homem do campo e à melhoria na qualidade de vida de suas famílias, com facilitação ao acesso do uso de energia elétrica no meio rural.

Pretende ainda, a presente lei, beneficiar pelo Programa de Agricultura Premiada os agricultores, pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores e os aquicultores que atendam os requisitos de enquadramento no PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e que possuam sua economia familiar diversificada e que desenvolvam no mínimo três atividades.

A migração dos moradores da zona rural para as cidades, principalmente para os grandes centros, tem causado enormes problemas, obrigando muitas vezes os governos federal, estadual ou municipal a desenvolver programas emergenciais para atender casos de extrema complicação social.

Esse programa faz algumas exigências, como: a terra seja explorada pelo proprietário posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, resida no próprio ou pelo menos que

tenha residência próxima e que tenha pelo menos 4 módulos fiscais. No caso de possuir atividades pecuárias, que possua 6 módulos fiscais.

Exige, ainda, que o trabalho familiar seja a sua base de exploração da propriedade e sua renda bruta anual seja compatível com a exigida para grupo do PRONAF.

Os descontos propostos pelo presente projeto de lei, atingem a rede de alta tensão e o ponto medidor da propriedade, nas proporções estabelecidas, conforme sua classificação na tabela do PRONAF diretamente na fatura do consumidor.

Os recursos para a implementação desse programa serão oriundos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e das previsões da COPEL.

Por essa razão, o autor do presente busca apoio dos demais Pares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 275/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Cultural Jhamayka, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Cultural Jhamayka é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com endereço em Maringá/PR, à Rua Pioneiro José Fernandes, 33, no Conjunto João de Barro I, CEP 87053-100, estando inscrito no CNPJ sob o nº 04.826.687/0001-70, e registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob o nº 038/03, promovendo trabalho sócio-cultural - esporte, arte e cultura - para crianças e adolescentes. Fundado em 25 de abril de 2004, com estatutos registrados no Tabelionato Rocha Loures de Maringá, onde consta que todos os seus Diretores não são remunerados, trabalhando de forma espontânea.

Em anexo estão os relatórios das atividades do Centro Cultural Jhamayka dos dois últimos anos.

Por essas razões buscamos o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 276/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Instituição Cultural Educacional de Tapejara - ICETAP, município de Tapejara, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na Rua Ponta Grossa nº 90, em Tapejara, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A Instituição Cultural Educacional de Tapejara - ICETAP, tem por objetivo atividades como promoção do voluntariado, desenvolvimento de campanhas de prevenção, desenvolvimento de atividades com estudantes, professores e pesquisadores, entre outros.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 277/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná - NOROSPAR, do município de Umuarama, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na Av. Ipiranga, 3883, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A NOROSPAR é a referência hospitalar para aproximadamente 144 mil habitantes que compõem a 12ª Regional de Saúde, sendo a parceria do SUS com o objetivo de estruturação e aprimoramento da saúde na região noroeste do Paraná.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 278/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todas as maternidades, unidades neonatais e afins, localizadas em hospitais em funcionamento no estado do Paraná, deverão adotar sistema de monitoramento por câmeras de vigilância, em especial nos berçários e corredores de acesso.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal lei visa proteger os recém-nascidos no estado do Paraná tanto de problemas de raptos como de maus tratos. A tecnologia deve ser utilizada para coibir crimes e atender aos cidadãos paranaenses, portanto ao se adotar tal medida está-se garantindo a segurança aos recém-nascidos e também aos funcionários dos hospitais que desempenham dignamente suas atividades.

PROJETO DE LEI N° 279/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Todas as instituições privadas, com ou sem interesse público, desde que sem fins lucrativos, tais como Organizações Não Governamentais (ONG), Organização Social com Interesse Público (OSCIP), Fundações e Associações, que recebam verbas públicas a título de subvenções e auxílios ou parcerias, ficam obrigadas a publicar, semestralmente, seus balanços e a demonstração de seus resultados, em jornal de grande circulação, no município onde estejam situadas.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Qualquer entidade que receba verbas públicas tem o dever de dar maior publicidade a suas ações, coibindo assim qualquer tentativa de desvio de recursos ou má verbação de dinheiro público.

O projeto em tela em nada fere os princípios constitucionais, consagrando os da transparência e da publicação dos atos públicos, afinal, as entidades ao receberem verbas públicas tornam-se responsáveis absolutas por sua correta destinação e devem contas à população.

PROJETO DE LEI N° 280/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Para efeito de preservação da ordem e segurança pública no estado do Paraná, fica estabelecido como limite máximo para fechamento de estabelecimentos comerciais cuja venda dos respectivos produtos seja predominantemente de bebidas alcoólicas, a vigésima terceira hora de cada dia.

§ 1° O limite estabelecido neste artigo fica prorrogado em mais duas horas nos sábados, domingos e feriados.

§ 2° o reinício das atividades dos referidos estabelecimentos, no dia subsequente somente poderá ocorrer a partir das 7h.

Art. 2° Para efeito de aplicação desta lei, excluem-se os estabelecimentos comerciais que disponham de, no mínimo 03 (três) das seguintes especificações:

- a) cardápio relacionando os pratos de alimentos elaborados e servidos no local;
- b) 05 mesas, pelo menos;
- c) serviços de garçom;
- d) música ao vivo;

e) pista ou local apropriado para dança.

Art. 3° O descumprimento da presente lei importará ao infrator, que para este fim é classificado segundo a legislação tributária relativa ao regime das micro e pequenas empresas, a imposição das seguintes penalidades, a cada dia de exercício regular da respectiva atividade:

I - 1 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como microempresas, com receita bruta anual de até R\$ 108 mil;

II - 2 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como microempresas, com receita bruta anual de R\$ 108 mil até R\$ 216 mil;

III - 5 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$ 216 mil a R\$ 500 mil;

IV - 10 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão;

V - 15 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$1 milhão a R\$ 1 milhão e 500 mil;

VI - 18 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$1 milhão e 500 mil a 1 milhão e 800 mil.

Parágrafo Único. Se, em até 30 (trinta) dias, o horário de funcionamento do estabelecimento não estiver adequado aos limites estabelecidos nesta lei, o local será fechado e lacrado por prazo não inferior a 30 (trinta) dias, podendo ser reaberto mediante compromisso do proprietário quando a observância dos limites de horário estabelecidos nesta lei, e desde que recolhidos aos cofres públicos os valores correspondentes à penalidade pecuniária aplicada.

Art. 4° O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18.04.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

O que motiva, sobretudo, a apresentação desta proposta de lei é a preservação da segurança e da ordem pública no estado do Paraná.

É sabido e comprovam-se por pesquisas e estatísticas sobre a criminalidade que atos de violência, quer contra pessoas, quer contra o patrimônio, público ou privado, têm maior incidência nas proximidades dos estabelecimentos vendedores de bebidas alcólicas, uma vez que o álcool ingerido em excesso, desinibe, libera das censuras e altera o comportamento das pessoas.

A insegurança é tanta que, em pesquisa realizada recentemente, 73% da população da capital, manifestou-se favoravelmente à limitação do horário de funcionamento dos bares, conforme demonstrou a pesquisa reali-

zada pelo Instituto Paraná de Pesquisa, a pedido do jornal Gazeta do Povo.

Não se trata aqui de mero interesse local do município de fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais em geral, situados em seu território.

O interesse público predominante neste caso não é o local específico da administração municipal, mas sim o interesse público de relevância ainda maior, que é a ordem e a segurança pública em todo o estado, garantidoras da incolumidade da população e do patrimônio, tanto público quanto privado, segundo prevêm as Constituições Federal e Estadual em seus artigos 144 e 46, respectivamente.

PROJETO DE LEI N° 281/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Ficam isentos do pagamento de tarifa de pedágio, no âmbito do estado do Paraná, os condutores de motocicletas com potência igual ou inferior a 125 cilindradas.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

As motocicletas de potência inferior a 125 cilindradas são utilizadas, principalmente, por pessoas de baixo poder aquisitivo, que as adquirem com o objetivo de lhes proporcionar um transporte barato a ser utilizado em percursos de curtas distâncias.

Tais motocicletas, por serem de pequeno porte, peso e baixo consumo de combustível, não causam nenhum tipo de dano ou deteriorização às rodovias e nem mesmo ao meio ambiente, deixando assim de gerar qualquer tipo de despesa ou gasto para as empresas concessionárias. Também, têm uma participação praticamente insignificante em congestionamentos, não prejudicando o trânsito de outros veículos.

A isenção em questão não gera desequilíbrio financeiro ou descumprimento do contrato firmado pelo governo estadual com as empresas concessionárias, respeitando o princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Não é necessário estabelecer qualquer forma de compensação à isenção concedida, uma vez que o trânsito de motocicletas de pequeno porte não gera qualquer tipo de gasto para as empresas.

Podemos até mesmo entender a cobrança de tarifas de pedágio sobre esse tipo de veículo como um enriquecimento ilícito por parte das concessionárias, uma vez que cobram por um serviço que não é prestado em favor de motocicletas de pequeno porte, mas sim de veículos grandes que oneram as empresas e causam a deterioriza-

ção e a necessidade de obras para conservação e recuperação das rodovias.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, a Casa está bonita com o pessoal do SINDISAÚDE, que veio de tão longe para cá. E onde estão os nossos colegas, Deputados? Que cenário triste!

(Manifestação nas galerias)

Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cumprimento a todos os visitantes, sejam bem-vindos a esta Casa. No dia de hoje houve um pequeno retardamento dos Deputados à Sessão Plenária, em virtude de termos reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Os Deputados estão se deslocando do 3° andar da Casa para cá, onde já deveriam estar todos aqui.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Eu estava na CCJ e fiz uma questão de ordem ao nosso Presidente, que tinha que encerrar a Sessão, em virtude do início do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente. Aliás, é regimental e não poderia ser diferente.

Está em discussão a ata. Encerrada a discussão.

O Sr. Secretário, Deputado Alexandre Curi procederá à chamada nominal.

O SR. SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sr. 1° Secretário, como não estamos em processo de votação, há mais de 18 Deputados e, portanto, quórum suficiente para o prosseguimento da Sessão.

Pequeno Expediente:

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para que V. Exa. retifique na chamada, constando a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrada a presença do Deputado Caíto Quintana.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Também gostaria que constasse na chamada a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não foi nem concluída a chamada, porque já há quórum suficiente.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidentee.

(**Assentimento**)

Para que não ficasse nenhuma dúvida que estamos ausentes na Sessão, também gostaria que meu nome constasse na lista de presença.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputado Alexandre Curi, Deputado Osmar Bertoldi, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Esta Casa recebe com muita honra, mais uma vez, a visita de quase 200 servidores e servidoras da área da saúde do Paraná, servidores ligados ao SINDISAÚDE. Sr. Presidente, o motivo que traz esses valorosos servidores à principal Casa de Leis do Paraná é a batalha que eles estão travando e que nós sentimos que não se trata, em primeiro momento, nem de reivindicar o que seria justo, que é o aumento salarial - eles estão até abrindo mão, pelo menos é o que eu estou entendendo, de inicialmente uma eventual negociação por aumento salarial. Eles vêm buscar aqui apenas e tão somente o cumprimento de uma promessa que foi feita a todos eles a respeito da jornada de trabalho de 30 horas.

E o que pude avaliar, é que essa categoria profissional está tendo bastante humildade e bom senso no sentido de pleitear até o que eles entendem que é razoável. Enquanto em algumas áreas da saúde tem profissionais que têm jornadas de apenas 20 horas semanais, essa gente que presta um serviço notável pela saúde e pela vida do povo do Paraná se contenta e não vem aqui pedir 20 horas, não vem pedir 25 horas de jornada, mas vem pedir uma jornada de 30 horas. Entendo que isso mostra equilíbrio, o bom senso da categoria em tentar uma negociação com o governo.

Já se falou muito aqui do respeito que o povo tem por esses profissionais da área da saúde. Por muitas vezes já falei a respeito do papel do enfermeiro, da enfermeira, do atendente, que muitas vezes o doente se apega muito mais - posso falar, porque tenho um irmão e uma irmã que são médicos - ao enfermeiro ou à enfermeira, porque é quem tem o maior contato com o paciente, com o

doente. Aliás, não é exagero, não, mas tem uma boa parte de pacientes que muitas vezes confia mais no sucesso da cura da sua enfermidade, confia até muito mais no enfermeiro e na enfermeira do que muitas vezes no próprio médico. O médico as vezes dá uma passadinha rápida lá pelo hospital, dá uma olhada de relance da porta, dá uma olhada, mas quem tem o contato direto de muitas horas, às vezes de muitos meses, até anos com o paciente é o enfermeiro, a enfermeira, seja no hospital, seja também no posto de saúde, nas clínicas.

Agora, Sr. Presidente, se a vida do nosso povo muitas vezes está na mão de Deus e confiada à competência, ao carinho, à dedicação do enfermeiro e da enfermeira, se sabemos como é importante essa categoria, por que não damos atenção a essa gente? Outro dia eles já vieram a Curitiba, alguns são daqui, mas tem gente aqui que veio até da fronteira da Argentina, na outra ponta do Paraná, teve gente que viajou 600, 700 quilômetros para chegar aqui. E como não é um pessoal rico, eu fico imaginando até a dureza para catar um dinheirinho daqui, um dinheirinho dali, ver até onde é o restaurante mais barato para economizar, por que senão não dá para permanecer aqui.

Então, Sr. Presidente, levando em conta que aqui ninguém veio de jato particular, aqui ninguém veio com mordomia, eu acredito que a maioria veio até de ônibus e, quem sabe, até uma boa parte, até por não ter dinheiro, veio de ônibus comum para não gastar com ônibus leito, a noite toda viajando. E o que eles vieram buscar em Curitiba? É o cumprimento do que foi a eles prometido, uma jornada de 30 horas de trabalho.

Sr. Presidente, por que eles estão de volta? Porque o Sr. Secretário da Saúde do Paraná, Dr. Cláudio Xavier, mandou um ofício totalmente autoritário, até com erro de português, e desumano, mandando “ferrar”, descontar de um pessoal que já ganha tão pouco, quem não cumprir 40 horas de jornada de trabalho. A ordem está aqui, mesmo com erro de português, que é para descontar desses servidores. Ora, os salários já estão baixos, se ainda vão tirar mais do salário do pessoal da área da saúde, o que vai sobrar? Eu tenho impressão que muita gente aí vai cair na mão de agiotas, na mão de financeiras, nas mãos desses bancos que assaltam o nosso povo, cobrando juros caríssimos...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta se V. Exa. usaria o horário do seu partido.

Passa a usar o Horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

Pois não. Então, Sr. Presidente, eu não tenho dúvidas, Deputado Caíto Quintana, que nesta platéia que está aqui na Assembleia Legislativa, na tarde de hoje, e não de mérito nenhum, deve ter muita gente que está pendurada, ou no agiota, ou na financeira, ou nessa desgraça que é o

cheque especial que vai para mais de 300% de juros ao mês, e o governo nada faz para impedir a ação gananciosa dos banqueiros.

Sr. Presidente, está aqui o ofício, até com erro de português do Secretário da Saúde do Estado do Paraná, Cláudio Xavier. Ele mandou um ofício, gabinete do Secretário, para as unidades da SESAS, ele diz aqui: “Curitiba, 12 de abril de 2007. Em atenção às determinações da Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, informo que - e aí vem o erro de português, a carta foi dia 12 de abril - informo que a partir de 29 de março, último, passam a vigorar as normas de desconto de remuneração por falta, atraso ou saída antecipada, injustificados, que foi implantado como código de incidência 18, no sistema...”

Bom, Sr. Presidente, primeiro que se ele escreveu a carta dia 12 de abril, ele deveria ter colocado lá, porque o português correto seria dizer: informo que desde 29 de março estão vigorando, passaram a vigorar, porque é passado, porque ele escreveu a carta quando já estava vigorando esta norma.

Sr. Presidente, eu creio, imagino, Deputado Valdir Rossoni, nosso grande mestre, imagino a situação angustiante da base de sustentação do governo, porque este ofício do Secretário de Saúde é autoritário, é desumano, é um desrespeito, inclusive aos Deputados da base do governo. Nós somos da base de Oposição, a minoria, não temos o poder de decidir. O poder que nos foi dado pelo povo é de ocupar a tribuna, de falar e defender a nossa gente do Paraná, mas quem decide está na base do governo, que é a grande bancada majoritária nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, no momento em que os servidores da área da saúde vêm a Curitiba em busca de negociação, o Secretário atropela todo e qualquer processo de negociação e manda, mandando, mandão, que se desconte dos servidores, como se eles fossem milionários, como se estivesse sobrando dinheiro dos seus salários.

Então, eu volto aqui, Sr. Presidente Nelson Justus, a fazer um apelo ao nobre Deputado Romanelli: da outra vez que o pessoal do SINDISAÚDE veio aqui, V. Exa. foi acolhido com tanta cordialidade pela Coordenadora, pela Diretoria do SINDISAÚDE e o que eles pediram ao Deputado Romanelli? Apenas a abertura de um canal de negociação com o governo. O ideal seria um canal de negociação direto até com o Governador, mas se isto não for possível, que pelo menos, Deputado Romanelli, V. Exa. que é um democrata, resolva em definitivo este drama, esta angústia, esta aflição dos servidores e servidoras da área da saúde, atravessando a rua aqui, vai levar dois minutos para chegar até o Palácio, levar uma comissão de negociação para negociar com o governo e para que esta justa reivindicação dos operosos e operosas servidores da saúde seja atendida pelo governo - primeiro, que parem, cancelem esse ofício maldito do Secretário da Saúde mandando descontar do salário de quem não cumprir 40 horas - e em segundo, que o governo negocie, abra

as portas, porque esta gente merece respeito. O que eles querem é continuar fazendo o melhor pela vida, pela saúde, pela vida saudável do nosso povo, mas eles não podem mais continuar com o facão no pescoço, sendo pressionados como estão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho à tribuna talvez num dos melhores momentos que a Assembléia passa nas parcerias que os Deputados têm firmado com a área social do estado - venho falar de um local que eu tenho certeza que V. Exas. conhecem, que todos os amigos que estão aqui, da saúde, conhecem e que muitos dos senhores e senhoras já prestaram algum serviço nesta área. Venho falar do Hospital Erasto Gaertner, um hospital que a cada ano tem aumentado em 20, 25% os seus atendimentos, que tem forçado realmente parcerias com todas as prefeituras do Paraná e muitas de outros estados e que tem sobrevivido graças à determinação dos seus Diretores, dos seus controladores, dos seus colaboradores, dos seus Conselheiros. O volume de pessoas que hoje temos listados, só pela lista de aumento que tivemos: 2004, 177 mil pessoas diferentes foram atendidas com 584 mil, 246 procedimentos; em 2005, 168 mil contra 540 mil procedimentos; em 2006, 202 mil pacientes contra 668 mil atendimentos feitos pelo Erasto Gaertner. Um hospital que hoje sobrevive com 84% do seu fluxo totalmente do SUS, onde muitas dessas pessoas que lá passam ganham cestas básicas, ganham roupas, ganham atendimento de primeiro mundo, mesmo com muitos equipamentos ainda da década de 70.

Este hospital tem como Presidente Luiz Antônio Negrão, juntamente com seus Diretores que se fazem presentes, o Mário Rosso que está aqui, que é o Assessor de Relações Institucionais; a minha querida amiga Dulce Maria que tem sido uma conselheira, uma parceira que junto com todas as demais colaboradoras fizeram no dia de ontem o lançamento de um projeto. Meu companheiro, Deputado Luizão, conhece muito bem, é vizinho ali do hospital e quantas vezes companheiros seus foram atendidos lá! Quantos milhares de colombenses, Beti, são atendidos diariamente! Companheiros que estão aqui de Arapongas, meu amigo Pugliesi e tantos outros que representam as mais diversas regiões, mas eu duvido que haja um Deputado que diga que na sua cidade 90% dos atendimentos de câncer não foram feitos pelo Hospital Erasto Gaertner!

Por isso, venho me solidarizar com os tratamentos de quimioterapia, de radioterapia, de cirurgias, do laboratório que funciona como um hospital particular! Funciona com o respeito que todos os atendentes da

saúde do SUS que estão aqui, trabalhadores dignos que atendem com o maior carinho as pessoas que lá vão. Por ano, são quase 200 crianças novas que são atendidas, milhares de atendimentos, de procedimentos! E hoje o Erasto Gaertner tem o maior atendimento do país na área do SUS, especialmente na área de oncologia.

Ontem foi lançado um projeto maravilhoso onde estivemos com vários empresários que já se habilitaram e por isso eu vim pedir aqui neste momento a todos os Deputados que aqui estão, que falem com seus patrocinadores, até de campanha, muitas vezes, que venham patrocinar o Wilson. Quem é Wilson, Deputado Strapasson? É este bonequinho que simboliza o sentimento que o portador de câncer tem, um portador que faz quimioterapia, que tem entrelaçado não só a responsabilidade da continuidade do tratamento mas que depende, exclusivamente, do atendimento do SUS.

Para concluir, Sr. Presidente, ontem nós estivemos lá para tentar ajudar na transformação de um dos sonhos dos Diretores que lá estão. Como temos por dia quase mil pessoas diferentes sendo atendidas, sendo que em dia de pico chega a 4 mil pessoas, não existe local suficiente para adequar essas pessoas, Deputado Belinati, o senhor que tem muita sensibilidade e trabalhou nesta área quando foi Prefeito.

Por isso, venho pedir ajuda de todos os Deputados. Ontem cada companheiro que foi lá comprou 20 bonequinhos deste aqui. Também comprei 20 e vou mandar para distribuir na imprensa para que a imprensa nos ajude a divulgar esta que talvez seja uma linha ideológica de cada um dos Deputados de ajudar o próximo. Aqui, diz: “quem ama transforma.” E queremos que o Wilsinho - que por enquanto está sem cabelo, todos sabem que isto aqui é uma plantinha que vai nascer - mas se cada um dos Deputados pudesse ajudar com 10 apenas e distribuisse para a sua assessoria, para os seus familiares, já ajudaria muito.

Mas se cada um propagar para empresários, companheiros, pessoas que muitas vezes nem conhecem o Erasto Gaertner, porque fazem tratamentos internacionais nas suas famílias, mas que ajudariam muitas e muitas famílias que padecem quando não têm este tipo de atendimento.

Por isso, estou aqui com os Diretores e vou pedir para a minha assessoria se puderem acompanhar nos seus gabinetes, estão até com alguns desses bonecos, aqui. Tenho certeza, Sr. Presidente, V. Exa. que já é colaborador, entrará com uma boa colaboração. Não tão grande quanto V. Exa. quer oferecer, mas pode ser pequena mesmo, da maneira que o Erasto simplesmente e humildemente pede aos Deputados.

Quero encerrar agradecendo a toda Diretoria, agradecendo a todos os servidores que tem sensibilidade. Com este recurso vamos ampliar o atendimento, vamos conseguir ampliar pelo menos o local onde as pessoas esperam o seu tratamento, porque quando falha um desses equipamentos, que lá estão que normalmente, têm que ficar 10,

12 horas aguardando, muitas vezes têm que passar 30, 36 horas aguardando. Por isso, sem um local, dos 176 leitos que temos lá, poderíamos ajudar um pouco na construção e ampliação como o Governo já tem ajudado.

Por isso, encerro agradecendo e dizendo que trarei o relatório do apagão aéreo na semana que vem, juntamente com a questão do IBGE quanto à Plataforma Continental e temos uma notícia não muito boa à Assembléia Legislativa.

Estamos encerrando, estivemos duas vezes com o Presidente Lula na semana passada, mas vou trazer esse relatório, com certeza, na terça-feira que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria cumprimentar inicialmente o Deputado Cleiton Kielse por levantar essa bandeira do Hospital Erasto Gaertner, que não tenho dúvida é uma bandeira maravilhosa. Sabemos quantas pessoas foram atendidas de Ponta Grossa e dos campos gerais. Sei quantas crianças, quantas pessoas foram atendidas. Tem aí a nossa solidariedade e o nosso apoio como radialista, tem nosso apoio como Deputado e tem nosso apoio nesta campanha. Pode ter certeza que V. Exa. tratou de um assunto que é de fundamental importância para todos nós.

Uma pena que temos que fazer campanha pela saúde, que bom se a Constituição deste país fosse cumprida e que tivéssemos dinheiro suficiente para a saúde e que não precisássemos andar por aí pedindo para salvar uma vida. Infelizmente, às vezes se gasta dinheiro em certos lugares que não deveria se gastar e se deixam obras maravilhosas como esta que poderiam não estar pedindo, mas estar recebendo o que é direito.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, ouvindo a imprensa ontem, o comentário do Deputado Rossoni a respeito da CPI da SANEPAR e eu mantenho a posição e continuo à disposição dos Deputados que quiseram assinar a CPI da PAVIBRAS. Eu não sou “laranja” de ninguém. A minha opinião é a minha opinião. Eu sou Deputado e o nosso partido resolveu fazer a CPI. Mantemos a posição da CPI, independente de Presidente vir aqui ou não. Se o Presidente vem ou não vem, não interessa, nós mantemos aberta a nossa CPI. Os Deputados que quiserem assinar, assinem. Os que não quiserem assinar, não assinem. A idéia está lançada e o nosso negócio aqui não é “canto de sereia”. O nosso negócio é investigar. Quem começou essa roubalheira que está se mostrando por aí que tem coisa grave, de onde vem e quem terminou isso aí. Tem que esclarecer. Chega de o

Paraná pagar. O hospital não tem dinheiro para cuidar das crianças.

Eu quero falar de um tratado na “escolinha”, de ontem. O Governador solicitou ao Presidente da Paraná Ambiental, Djalma de Almeida Cezar, que fizesse um relato sobre as florestas que foram vendidas no Paraná e eu, Deputado Romanelli, estou apresentando um requerimento hoje e espero que V. Exa. não peça para derrubar ou para adiar a discussão. Estou apresentando o requerimento hoje que tem a súmula:

Requer envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo que sejam canceladas as vendas de florestas paranaenses feitas no governo anterior, através da Paraná Ambiental, bem como, indenizado o erário público pelas perdas sofridas com a exploração posterior. Tal solicitação prende-se ao fato de ter sido efetuada auditoria onde se constatou sub-faturamento na venda de tais florestas.

Então, Sr. Presidente, estou pedindo ao Governo. O Governador Requião gosta dessas idéias de suspender algo que alguém, como ele próprio disse, alguém não pagou o devido. É por isso que hoje não tem dinheiro para os setores essenciais que tanto reclamamos. Por isso, solicito que o Governador suspenda todas as vendas...

Sr. Presidente, solicito o horário do PTB.

(Assentimento)

Passa a usar o Horário da Liderança do PTB

Sr. Presidente, solicito ao Governador que para que o Paraná não perca mais, o Governador como austero que é, como é um homem que tem coragem de tomar as decisões, que nesse momento ele tome a decisão, suspenda e entre com um pedido para anular a venda dessas florestas do estado do Paraná. O Paraná está perdendo um dinheiro muito grande, dinheiro que poderia ajudar a resolver os problemas que temos hoje no nosso estado. Solicito ao Governador que, imediatamente, baseado nas auditorias que estão nas mãos do Procurador, nas mãos da Paraná Ambiental, que essas auditorias que comprovam que houve irregularidades, ainda ontem na “escolinha”, o Presidente da Paraná Ambiental dizia que só uma empresa deixou de pagar mais de 5 milhões em 1999. Vejam de quanto é o prejuízo que o Paraná está tendo!

As florestas do Paraná foram vendidas, segundo o Governo e as auditorias, por um preço de banana. As florestas que pertencem ao povo do Paraná foram vendidas a preço de banana e o Governo do estado é sabedor disso. Fez auditorias, as auditorias comprovaram que havia irregularidade e o Governo fez um ajuste de conduta com as empresas, algumas sim, outras não. Quero aqui solicitar ao Governo, através desse requerimento, que o Governador

suspenda, anule imediatamente, ele tem poder para isso, anular a venda das florestas da Paraná Ambiental, e que se recuperadas, todas elas, vai dar um lucro muito grande para o estado do Paraná, hoje. Como o Governador é acostumado a desatar nó, como é o desatador oficial de nós deste Paraná, que ele desate esse nó da Paraná Ambiental. É um nó bem amarrado, mas como ele é um bom desatador de nós que ele dê uma puxada nesse nó e pegue esse dinheiro de volta para o estado do Paraná.

Tenho certeza que o Governador haverá de suspender, porque as auditorias mostram que o erário público teve prejuízo e o Governador é sabedor disso. E ainda ontem determinou ao Presidente da Paraná Ambiental que fizesse uma prestação de contas da “escolinha”. E ontem - já estou com cópia desse documento - está lá se mostrando que houve falta de dinheiro, se pagou pouco, se pagou preço de banana por algo que valia muito e o Paraná não pode perder.

Por isso, estou solicitando hoje esse requerimento e espero que o nosso Líder não impeça esse requerimento de chegar até as mãos do Governador, porque isso é muito sério. As florestas do Paraná pertencem ao Paraná e temos que cuidar do dinheiro do Paraná.

Finalmente Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar o Prefeito de Tibagi, cumprimentar o atual Presidente da Paraná Turismo, Herculano Lisboa, que hoje está na Paraná Turismo, mas não se esquece de ser um cavador de indústria para a nossa região dos campos gerais. Quando fui Prefeito, o Herculano foi o grande responsável pelas grandes indústrias que transformaram a história de Ponta Grossa. Ponta Grossa, que era a 12ª colocada em arrecadação, depois de abrímos as porteiças que eram fechadas, hoje Ponta Grossa é a 3ª cidade em arrecadação, só perdendo para Curitiba e Araucária pela questão do petróleo. Fora isso, pela industrialização feita durante o nosso governo, Ponta Grossa hoje tem a 3ª arrecadação de ICMS do estado do Paraná. E naquela época o Secretário de estado responsável por essas obras era o Secretário Herculano Lisboa, que hoje está na Paraná Turismo, e que mesmo estando lá, não deixa de lado a sua função de atrair indústrias para o Paraná, e está levando para Tibagi um complexo de 303 milhões para a construção da maior usina de biodiesel, produzido a partir da soja do país, a ser instalada na rodovia do café, a quinze quilômetros de Ponta Grossa, já no município de Tibagi, e que se Deus quiser na sequência se tornará um novo município, porque aquela população que fica ali às margens da rodovia do café, São Bento, do Alto do Amparo, está um pouco isolado de Ponta Grossa, de Reserva e também de Tibagi.

É um grande investimento a usina de biodiesel. Terá capacidade de processar 6.6 toneladas de soja por dia e vai produzir 1.2 milhões de litros de biodiesel e 2.5 toneladas de farelo de soja. A estimativa é que sejam gerados 150 empregos diretos e outros mil indiretos.

Também serão beneficiados a agricultura familiar e o turismo da região. O faturamento anual bruto da usina deverá ficar em torno 1.1 bilhão. O município de Tibagi é

o maior produtor de soja do estado, com 22% do total do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma grande notícia para nós, paranaenses. A primeira, é a usina de biodiesel, a maior do Brasil, que vai ser instalada na divisa de Ponta Grossa e Tibagi. Por trabalho do Prefeito, por trabalho do governo do estado, por trabalho deste fantástico Presidente do PMDB de Ponta Grossa e atual Presidente da Paraná Turismo. Aliás, acho que o Governador deveria colocar, Sr. Presidente, o Herculano Lisboa como Secretário de Indústria e Comércio e não como Presidente da Paraná Turismo. Pela vontade de industrializar, ele deveria ser o Secretário de Indústria e Comércio. Tem cacife, tem capacidade para isso. Mas, como o Secretário é outro cidadão que pouco conhecemos e que não sabemos o que ele faz, temos hoje alguém na Paraná Turismo que honra e trabalha por este governo.

Enquanto alguns fazem algumas “burradas”, não atendem, não trabalham ou enganam algumas pessoas, algumas boas pessoas deste governo ajudam o Governador a tocar o Paraná e a cumprir aquilo. Pessoas que dão grande exemplo de competência e companheirismo ao Governador e acima de tudo de respeito a este estado do Paraná.

Por isto, meus cumprimentos ao Herculano Lisboa, Presidente da Paraná Turismo; meus cumprimentos ao Prefeito de Tibagi e à região dos campos gerais, que ganha este complexo de biodiesel, que vai ser o maior do Brasil e que beneficia nossa região dos campos gerais.

Era isto, Sr. Presidente. Queria agradecer e cumprimentar mais uma vez as pessoas competentes deste governo que terão sempre o meu elogio, e os incompetentes terão sempre o meu desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e visitantes servidores da saúde que hoje nos prestigiam.

Queria inicialmente registrar desta tribuna um evento que considerei e considero de grande importância. Quero inclusive cumprimentar o Sr. Presidente e especialmente o Deputado Elton Welter, que tomou a iniciativa de organizar um seminário para debater as questões metropolitanas.

E hoje pela manhã tivemos aqui as presenças do Secretário Forte Neto, da Rosa Moura do IPARDES, palestristas da grande região de São Paulo, que nos painéis debatidos aqui, com certeza ajudaram para que possamos refletir melhor e tomar decisões em defesa das questões metropolitanas.

É evidente que quando se fala em região metropolitana vem à nossa mente os vários projetos de iniciativa

desta Casa, buscando criar regiões metropolitanas em várias regiões do estado do Paraná. Este sentimento retrata, por certo, a preocupação que temos todos nós, representantes de várias regiões, com a questão do planejamento regional, com a questão para que o governo do estado, juntamente com as prefeituras, com a sociedade organizada, possa estabelecer estratégias, programas, planos de ação de acordo com as vocações regionais.

Tivemos aqui, hoje, o pronunciamento da Rosa, do IPARDES, que disse que, na verdade, a preocupação com a metrópole já vem desde 1973 quando, por meio da Lei Complementar nº 014, se constituiu aquilo que chamamos de região metropolitana. Pudemos participar desse debate e levamos uma grande preocupação, principalmente com as grandes cidades.

O Brasil, hoje, é 61% urbano. O Paraná, por certo, mais que isso. Quase 80% do Paraná é população urbana. Nós tivemos a oportunidade de viver, como muitos dos senhores, não só como engenheiro, mas como Prefeito de um município da região metropolitana de Curitiba, pudemos acompanhar e administrar municípios que crescem na taxa de 12% ao ano, enquanto na capital tem um crescimento na ordem de 1.85%. Isso retrata, claramente, a carga social que recebem os Prefeitos da região metropolitana, dos municípios.

Eu coloquei que deve haver uma reavaliação, um reestudo da questão das responsabilidades no pacto federativo, onde a união, juntamente com o governo do estado, com as prefeituras, possa estabelecer, em conjunto com a sociedade organizada, estratégias de enfrentamento do drama social que enfrentamos todos nós.

O resultado da criminalidade que hoje impera o torna praticamente insustentável a vida nas grandes metrópoles brasileiras, nos clama para que desde já tomemos as providências, não apenas por meio de projetos, de planos - temos, desde a década de 80, os planos de desenvolvimento integrado da região metropolitana - mas por meio da ação. Não adianta apenas planos, projetos e estratégias, se não tivermos ação.

O resultado da criminalidade não é diretamente relacionado à pobreza de uma região...

Requeiro o horário do PMDB. Não sei se o partido vai usar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. passa a usar o horário do PMDB.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O SR. EDSON STRAPASSON

Exatamente.

A criminalidade não é estimulada pela pobreza. A violência das cidades não está diretamente ligada à pobreza, mas sim às desigualdades. Uma metrópole que coloca no mesmo espaço as oportunidades de uma grande cidade, a ostentação, muitas vezes, de uma pequena

minoridade daquela cidade e, no mesmo ambiente, população sem qualquer perspectiva, vivendo à beira da miséria, em ocupações improvisadas, é que gera a criminalidade.

No Brasil, 36% das residências estão em instalações irregulares, ocupações irregulares; o mesmo percentual, aqui, na região metropolitana. Temos certeza que, sem aquela atenção maior do governo, o cidadão e, especialmente o jovem, está muito vulnerável à criminalidade pela falta de oportunidade, pela falta de programas de qualificação, pela falta de emprego, pela falta de uma estrutura de apoio da família e da comunidade, que resgate os valores do ser humano. É evidente, Srs. Deputados, que se não houver um enfrentamento dessa situação, por certo, teremos um quadro cada vez mais crítico.

Nós, aqui da região metropolitana, defendemos que o governo do estado precisa estabelecer, juntamente com o governo federal, com as prefeituras, uma política de compensação regional. Temos, no mesmo lado, um município como Araucária, que tem uma arrecadação por ano da ordem de R\$ 240 milhões. A mesma população em Almirante Tamandaré, Deputada Rosane, R\$ 380 milhões é o orçamento de uma prefeitura que tem 120 mil habitantes. A mesma população temos, por exemplo, aqui em Almirante Tamandaré, uma arrecadação 5 vezes menor. E é evidente que se o governo do estado, o governo federal, não estabelecer programas de compensação social de desenvolvimento para alavancar, gerar emprego, enfrentar a questão da saúde, a questão da educação, de profissionalização e de oportunidade, por certo municípios como Fazenda Rio Grande, municípios que têm uma pequena arrecadação, não terão direito e aumentam as desigualdades.

Então, ou estabelecemos uma política de compensação, não necessariamente, Deputado Waldyr Pugliesi, na criação de um fundo de compensação regional, mas uma política que dê a esses municípios a condição de enfrentar esse drama. Caso contrário, somente com os programas de financiamento via Paraná Urbano, que somente tem maior capacidade de empréstimos, maior alavancagem de recursos, ou nos municípios com maior capacidade, os pequenos, aqueles que têm baixa arrecadação e grandes planos sociais, por certo ficarão em último plano.

Um aparte ao Deputado Luizão.

O Sr. Professor Luizão (PT)

Deputado Strapasson, achei que foi de grande importância a iniciativa do Welter em organizar esse seminário hoje, porque as regiões metropolitanas, principalmente a nossa, o senhor também representa a região metropolitana aqui de Curitiba, temos muitos problemas que não serão resolvidos nos municípios. Tem muitos Prefeitos que acham que vão solucionar os problemas ali na administração municipal, mas temos problemas dos transportes coletivos, da saúde, infra-estrutura, segurança, que vamos resolver através de convênios, parcerias, consórcios que têm que levar em consideração os

municípios vizinhos e a metrópole, porque se os municípios quiserem insistir em resolver os problemas individualmente, não vão conseguir. Vemos exemplos que o senhor está passando aqui hoje, que município não têm condições de resolver os problemas individualmente.

E aí, a nossa preocupação de tentar promover seminários, talvez com temas específicos. Já propus para o Alcidino, da COMEC e ao Prefeito Toninho que é Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana, para promover um debate específico sobre o transporte coletivo. Sabemos que o transporte hoje é gerenciado por uma empresa de Curitiba, pela URBS e na verdade a região metropolitana muitas vezes não tem participação, não tem informações suficientes para poder participar da discussão, tanto do roteiro, do itinerário das linhas, muitas vezes o município não tem competência nem para mudar um ponto de ônibus.

E, sabemos que essa questão do transporte integrado é uma conquista importante, devemos preservar. Mas, a região metropolitana tem padecido muito com os ônibus superlotados, diminuição de ônibus nas linhas e acredito que num seminário, discutindo com clareza, com informações que a URBS deverá nos passar, poderemos encontrar soluções inclusive de barateamento da tarifa do transporte coletivo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Obrigado, Deputado Luizão. Estivemos no sábado em Guarituba, no município de Piraquara, juntamente com o governador, com o Ministro Paulo Bernardo, apresentando lá o programa de regularização fundiária de investimento na infra-estrutura de toda aquela região. E sinto-me realizado, até porque quando no mandato anterior fui Secretário de Estado para Assuntos da Região Metropolitana, um dos temas que apresentamos na “escolinha” na terça-feira, como uma necessidade urgente de enfrentamento por parte do governo de estado era a regularização, a criação de infra-estrutura do Guarituba, na região de Piraquara, que hoje possui mais de 35 mil habitantes, por certo maior que muitas cidades do Paraná e que viviam uma condição dramática. Pessoas morrendo eletrocutadas pelas ligações clandestinas, falta de acesso, de rua, de esgoto, falta de saneamento básico, de água e, principalmente, a instabilidade de estar ocupando irregularmente. O Governador enfrentou essa questão, assim como o fez na região de Zumbi dos Palmares, no município de Colombo. Mas o drama habitacional é muito forte. Temos aqui na região metropolitana, em Curitiba, também grandes problemas. É evidente que precisamos muito desse esforço, que o governo federal participe de forma mais expressiva, através da habitação. Não adianta apenas colocar à disposição nos bancos de financiamento, que não dão acesso a pessoas que ganham menos de 3 salários-mínimos.

O Presidente Luiz Claudio Romanelli, que foi Presidente da COHAPAR, sabe que a grande

demanda, não só Paraná, mas aqui principalmente é para pessoas que ganham menos de 3 salário-mínimos, que por certo devem ser contempladas através de programas sociais, públicos, caso contrário estarão sendo excluídos.

Não adianta imaginar que um planejamento urbano da capital, que prevê o adensamento ao longo dos eixos de transporte coletivo, com apartamentos, possa estar ao alcance de pessoas que para cá vieram, ocuparam o espaço metropolitano, vindo de alguma parte do país ou do estado do Paraná e que aqui vieram construir o seu sonho. Por certo, essa pessoa foi lá morar, por falta de poder aquisitivo, ocupando um espaço muitas vezes até em áreas de mananciais, desaconselhável à ocupação urbana, mas foi exatamente nessas regiões que as pessoas puderam se instalar. É evidente que o drama habitacional é muito forte e temos certeza de que essa área deve ser encarada por todos nós, trabalhando e articulando com o governo federal e estadual, para que possamos pelo menos melhorar essa condição.

O transporte coletivo é fundamental, Deputado Luizão, ser trabalhado para organizar uma empresa metropolitana, junto com Curitiba, porque é evidente que Curitiba não vai aportar dinheiro do Tesouro Municipal, para financiar o transporte mais distante da região metropolitana, mesmo que esses trabalhadores estejam no dia-a-dia construindo a nossa querida capital. Por certo por questões legais, o Prefeito não retirará dinheiro daqui para aportar nos municípios.

Portanto, é necessário e urgente com o Prefeito de Curitiba e o Governador, através desse trabalho de debates, que haja o avanço da integração do transporte coletivo e para que a região metropolitana, para onde vieram as pessoas construir o seu sonho e ocupam o espaço metropolitano, possam ter uma melhor oportunidade.

Eu queria mais uma vez parabenizá-lo, Sr. Presidente, que deu esta oportunidade e que organizou, juntamente com o Deputado Welter. Tenho certeza que esta Assembléia Legislativa deverá, na sequência, aprofundar o debate desses temas, para que possamos construir estratégias e ações que possam dar uma sustentação maior à vida nas grandes cidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri, por 30 minutos.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, convidados.

Antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, quero fazer publicamente um reconhecimento ao trabalho do Ministério Público do Estado do Paraná. Eu que por diversas vezes fiz críticas a ele, em algumas atuações, quero fazer o reconhecimento público pela ação de ontem, principalmente, à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e aos Promotores que há quatro anos investigam determinadas situações no estado do Paraná e que, ontem, tiveram um determinado processo que culminou com algumas prisões. Não é pelas prisões que estou falando, até porque as prisões efetuadas, de ex-funcionários aqui do Paraná, parece-me que são consequência de um processo muito maior e que no meu entendimento duas pessoas, principalmente, que hoje estão detidas, são fundamentais para entendermos o que acontece muitas vezes no nosso País. Uma delas é o Dr. Maurício da Silva, que é o ex-Presidente da Federação Espírita do Paraná, que esteve depondo na CPI da COPEL, que é o Presidente-Diretor da EMBRACOM, foi a pessoa que participou diretamente das negociações de venda de créditos tributários com a ADIFEA, que nós já tivemos uma prisão, uma detenção há algum tempo atrás e depois, obviamente, por recursos ela não se concretizou, mas essa pessoa me parece que é uma pessoa chave nos últimos anos no estado do Paraná, para entendermos as relações entre o estado e algumas pessoas da área privada.

Junto com ele estão detidas várias pessoas, mas está detida uma pessoa que me chama muito a atenção, Sr. Presidente, e que não poderia deixar de relatar, até porque o Sr. Maurício Correia da Silva usou por várias vezes diversas empresas, além da EMBRACOM, uma empresa chamada DPS, que fazia toda a parte de vistoria do DETRAN e tem outros sócios também, mas o fundamental para mim é esse envolvimento do Sr. Rogério Figueiredo Vieira. O Sr. Rogério Figueiredo Vieira, ex-Diretor do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, junto com o Juiz Nelo Porto, que posteriormente tiveram uma série de investigações feitas a respeito de sua conduta, principalmente depois do incêndio que se estendeu como criminoso no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, foi ex-assessor do ex-Bispo Rodrigues, Deputado Federal.

Fui ouvi-lo no Rio de Janeiro no processo que tivemos aqui na CPI da COPEL e me chamou a atenção algumas situações, sendo uma delas o fato de o Sr. Rogério Vieira ter sido a pessoa que montou talvez o maior número de empresas para receber e transferir recursos do país, junto com doleiros e outras empresas e fez aqui inclusive uma operação com a UVEPAR e a RODOSAFRA, que levou cerca de R\$ 38 milhões da COPEL, assim como o Sr. Maurício está envolvido no processo que nós, há 4 anos, investigamos quando da CPI da COPEL, do sub-relatório dos créditos tributários e que trouxe à COPEL um prejuízo - pelo menos esse é o entendimento que tivemos - de cerca de R\$ 170 milhões.

O Sr. Rogério Vieira, que tem entre as suas várias empresas, uma empresa que se chama Yawe Nici e que tem sede em São Paulo, tem ramificações em Miami, participou de diversas operações com o BANESTADO, diversas operações nos últimos anos e estão envolvidas muitas pessoas conhecidas, inclusive da nossa sociedade, e que me parece que quando uma pessoa como essa que não conseguimos ouvir aqui em Curitiba, mas que tem um escritório de advocacia que faz a sua defesa e que conta com mais de 130 advogados, é uma grande sensação de parcela do dever cumprido ao vermos situações como essa que aconteceram ontem sendo concretizadas. Não sei qual será o desfecho, mas sei que um passo importante foi dado e entendo que o Ministério Público ontem - que muitas vezes fazemos críticas - teve um tento lavrado a favor da população do Paraná, através da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, e passo agora ao motivo que me traz a esta tribuna. Deputado Cheida, o senhor que é da área da saúde, assim como outros Deputados que temos aqui, assim como a Deputada Rosane, que é enfermeira e é a nossa Deputada da região metropolitana, poucas pessoas entendem, conhecem e acompanham a situação da saúde como aqueles que estão envolvidos diretamente com ela. Esses servidores e essas servidoras que estão aqui hoje pela segunda vez em menos de 10 dias, vêm não porque gostam de vir à Curitiba ou à Assembléia Legislativa, mas vêm em busca de uma solução para um problema que não é apenas e tão somente dos servidores públicos da área da saúde, é um problema que está tendo a sua face visível na luta dessas trabalhadoras e trabalhadores que estão, de todo o estado, na tarde de hoje vindo aqui buscar o apoio dos Deputados e das Deputadas do Paraná para verem solucionado um problema que nós, que se agudizou porque sabemos da resolução que já foi lida aqui pelo Deputado Belinati, da decisão do Secretário de cortar o ponto dos trabalhadores, das trabalhadoras que não cumprirem a jornada de 40 horas, quando sabemos que há mais de 14 anos a jornada de 30 horas já é feita na saúde do estado do Paraná, assim como em Londrina o senhor implantou, assim como o governo federal vai implantar, assim como temos jornadas específicas para dentistas, radiologistas, para médicos, que são jornadas reguladas por lei federal e que mesmo essas jornadas, neste momento, estão sendo desrespeitadas através de um ofício.

Eu não vejo aqui no plenário um Deputado que sempre fez e faz discursos, que eu ouço e aprendo, com muita veemência, que é o Líder do PMDB, Deputado Pugliesi. Porque o Deputado Pugliesi tem dito que nós da Esquerda, caudatários de todas as lutas sociais dos últimos séculos, somos pela participação máxima do estado na sociedade, não pelo estado autoritário, não pelo estado totalitário, mas pelo estado, Deputado Pugliesi, que tem a visão de que precisa atender os mais pobres, precisa atender aqueles que não têm como recorrer à iniciativa privada, não têm como recorrer à saúde privada, à educação pri-

vada, e precisam do estado. Pois bem, esse é o estado que nós também defendemos. E esse estado da Esquerda voltado para os menos favorecidos só foi conseguido, Deputado Rossoni, pela luta de milhares de homens e mulheres que, muitas vezes, não se dobraram diante daqueles momentos extremamente difíceis da nossa história.

O que é a luta pela redução de jornada se não uma luta centenária da Esquerda? O que é a luta pela redução da jornada se não, Deputado Pugliesi, uma luta feita para que todos tivessem direito não apenas ao trabalho, mas também ao lazer, também ao atendimento de sua família, também ao atendimento a outras cidades, também ao estudo, também à cultura? Essa é a luta feita e que resultou inclusive, na primeira internacional no início do século passado, século retrasado. Lutas que foram feitas para que reduzíssemos de 16, 17, 18 horas, as jornadas para 12 horas, para 10 horas, para 8 horas; no Brasil para 44 horas semanais, com a Constituição de 1988 e para a conquista das 30 horas da área da saúde.

São essas lutas que fazem com que nós tenhamos nas cidades, nos estados, e na união, os Planos de Cargos, Carreiras e Salários, buscando fazer com que quem trabalha com o setor mais necessitado da população, no momento em que essas pessoas procuram a área da saúde pública e que estão mais fragilizadas, para que essas pessoas que os atendem possam também ter, os servidores da saúde, a sua garantia de integridade física, mental e profissional. O que nós vemos hoje, e eu faço aqui um apelo para que nós não incorramos em erros que outros governos já incorreram e o Deputado Rossoni, aqui, por diversas vezes citou, inclusive, fazendo algumas vezes uma auto-crítica, uma *mea-culpa*, porque não é possível que nós repitamos por determinados momentos, apenas porque naquele determinado momento, Deputado Luizão, nos é interessante, repitamos os erros que foram feitos no passado.

O Padre Vieira dizia, quando da invasão holandesa, que somos sempre advertidos, mas nunca estamos preparados. Parece-me que às vezes o estado pensa e age exatamente desta forma. Parece-me que às vezes nós sempre, sistematicamente, estamos sendo advertidos do que vem pela frente e me parece também que não conseguimos estar preparados para enfrentar essa situação.

Há 4 anos atrás, e é muito mais do que 4, iniciamos uma série de debates com o governo Roberto Requião - governo legitimamente eleito com uma postura, uma promessa e um compromisso diferente do neoliberalismo, porque são teorias, idéias e propostas diferentes - iniciamos um debate justamente para termos uma redução de jornada, aquela que já existia de fato, também fizemos com que ela fosse de direito, uma conquista dos trabalhadores.

Tivemos avanços? Tivemos Deputado Pugliesi. Tivemos avanços e não podemos negar - tivemos a GAS, tivemos avanço do servidor público, tivemos recomposição - agora, estamos hoje vendo que tudo isto que foram avanços duramente conquistados pelas trabalhadoras e

pelos trabalhadores está sendo colocado em risco por uma ação que não me parece ser apenas de um homem só, por mais que algumas vezes essas decisões sejam tomadas isoladas. Há uma ação de conjunto que me preocupa. Há uma ação de conjunto que faz com que nós tenhamos, infelizmente, no dia 1º de maio, dia das lutas históricas dos trabalhadores e que é inclusive comemorado justamente para lembrar aqueles que morreram lutando para que nós tivéssemos redução de jornadas, nas greves, nas ocupações, na resistência. Dia 1º de maio pode ser o dia que saia o desconto dos trabalhadores e das trabalhadoras que estão aqui por não terem se dobrado para cumprir aquilo que quer o Secretário, que quer que seja feito o desconto porque não foram feitas as 40 horas como determina, quando na verdade há 14 anos vêm sendo feitas as 30 horas sem que houvesse um único dia de desconto.

Por isto, companheiros, por isto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sei da sensibilidade que têm alguns Deputados e do compromisso que têm todos os Deputados e Deputadas desta Casa, independente do partido, sei da sensibilidade e do compromisso que tem o Deputado Pugliesi, porque eu entendo que esta não é uma luta de partidos, está é uma causa e uma causa não pode ter a mesquinha e a pequenez de ser encampada apenas por uns que pensam ou pré-julgam que vão ter algum ganho político com isto. Agora, também não podemos fechar os olhos para aqueles que num momento tão dramático como este viram as costas aos servidores, apesar do discurso, apesar das promessas, apesar de toda eloquência quando fazem uso da tribuna.

Procuramos ontem o ex-Presidente e Deputado desta Casa, Hermas Brandão, procuramos assim como o Presidente da Assembléia Legislativa tem tido o cavalheirismo de nos receber por diversas vezes, assim como o Líder do Governo por diversas vezes recebeu o Sindicato da Saúde, procuramos todos os canais, Sr. Presidente, porque não podemos conceber que estejamos caminhando para um confronto previamente anunciado, não podemos conceber que o estado do Paraná que tem hoje um problema gravíssimo, como ademais o Brasil todo tem e que não é determinado por este ou por aquele governo, por este ou por aquele partido, é determinado por condições, muitas vezes condições sanitárias e culturais da nossa população e do nosso estado, mas ele está na ordem do dia, que é uma epidemia de dengue e que pode acontecer no estado do Paraná, embora os esforços feitos, inclusive chamando para si e eu gostaria que depois o Deputado Pugliesi confirmasse como o principal responsável no combate a dengue, o Secretário da Educação do Estado do Paraná chamou para si este combate, chamou para si a responsabilidade de fazer o combate à dengue no estado do Paraná. Ainda que tenhamos este tipo de boa intenção, a verdade é que podemos ter uma epidemia de dengue.

Vejam os senhores, na reunião de outubro de 2005, portanto há mais de 14 meses atrás, está na ata de Inter-

gestores Bipartites, na reunião mensal, onde reúne Secretários Municipais, Secretários Estaduais e Ministério da Saúde, está na ata que podemos ter, no estado do Paraná, uma epidemia de dengue, há 14 meses atrás! Entretanto, ainda assim tivemos no ano de 2005 a devolução de R\$ 48 mil para o Ministério da Saúde do programa da dengue! É preciso que nós contribuamos, Deputado Curi, com o Governo, para esclarecer o porquê disso ter ocorrido. É preciso que tenhamos a grandeza de não partidari-zarmos mas também não sermos mesquinhos de dizer que aqueles que estão do meu lado tudo podem! Não podem, não devem! E também não podemos e não devemos fechar os olhos para isso que eu estou aqui, pela segunda vez, alertando que pode acontecer!

É preciso que entendamos que o PCCS dos servidores e das servidoras que estão aqui é uma luta histórica, possível de ser atendida e não podemos encaminhar estes servidores num confronto simplesmente para que nós tenhamos, aqueles que querem o confronto, um motivo para colocar que se der epidemia de dengue no estado do Paraná é uma responsabilidade de uma greve dos servidores! Esse é um confronto anunciado, não adianta haver uma epidemia de dengue no estado do Paraná, uma greve dos servidores e das servidoras públicas e o governo vir, publicamente, dizer que a epidemia é culpa dos servidores que estão em greve, tentando, como muitos governos já fizeram e é esta a prática, infelizmente, de todos os governos, de todos os partidos, responsabilizar aqueles que lutam!

Não é possível fecharmos os olhos para isso! Eu não vou fechar os olhos e acho que os Deputados daqui não vão fechar! Porque nós temos no Deputado Dobrandino da Silva, que foi fiador de um acordo que fizemos aqui há 2 anos atrás, assim como o ex-Presidente desta Casa, assim como o Secretário da Saúde Cláudio Xavier, que veio aqui e diante deste Deputado, diante do ex-Presidente da Assembléia, diante da Secretária Marta se comprometeu a não descontar! Ora, esse Secretário só tem duas alternativas para preservar a sua hombridade: ou não desconta ou pede demissão! Não há como trabalhar com duas verdades Deputado Pugliesi, não é possível um homem vir aqui, com a estatura que tem um Secretário, se comprometer diante desta Casa, diante dos 54 Deputados, se comprometer diante do governo do estado e ficar impassível, mandando circulares para descontar o salário dos funcionários! Que homem é esse? Como um homem desses pode ser Secretário?

Eu não quero pegar, Sras. e Srs. Deputados, aquilo que nós temos aqui; não quero fazer, Sras. e Srs. funcionários, o papel de carrasco de absolutamente ninguém, por isso peço a compreensão do Secretário, peço a compreensão do Líder do Governo! Não é possível que o Líder do Governo vire as costas no momento que estamos fazendo este debate, não é possível que isso aconteça! O que nós estamos vendo, parece-me que é esperar que as coisas aconteçam para que depois de acontecidas

nós procuremos saber de quem é a responsabilidade. A responsabilidade é de todos nós.

Tenho dados que depois se os Srs. Deputados - não quero passar aqui - mas se os Srs. Deputados quiserem, poderão ver. Há diversas denúncias sendo feitas pelo sindicato, que não são trazidas a público, desde pessoas como o médico Xavier Henrique Pineda, que recebeu R\$ 130 mil e que segundo o Conselho Regional de Medicina está com o CRM cancelado desde 2001, até o Sr. André Miqueluci Moreira que recebeu R\$ 52 mil 550 e não consta como médico no CRM, porque é dentista. E são fatos possíveis de acontecer, mas que há muito tempo, Deputado Caíto, não é questionado por que se quer fazer o entendimento, se quer fazer o processo de encaminhar, aqui, a concórdia. Entretanto, continuo dizendo que estamos vendo, me parece, um discurso feito para as paredes. E esta Casa, o Deputado Zucchinho não está neste momento no Plenário, mas esta Casa já se predispôs - vou lhe passar o aparte antes de encerrar - esta Casa já se predispôs, conversei inclusive com a nossa Bancada, com os Deputados a rerepresentar o projeto das 30 horas. Acho que podemos fazer isso. Mas acho que menos do que isso, o caminho não deve ser esse, porque esse caminho confronta o Executivo.

Não quero confrontar o Executivo, quero acordo cumprido. Não quero confrontar o Executivo, ainda que seja legítimo e direito deste Parlamento. Quero contribuir com o Governador Requião, quero contribuir com o Governador dizendo que o seu Secretário veio aqui e faz um acordo com esta Casa e com o Líder do Governo que é o Deputado Dobrandino, que está concordando comigo, e que não podemos romper acordos como se eles fossem feitos ao léu e que nossas palavras fossem jogadas ao vento, porque se for assim, não há mais o que caminhar, o que procurar acordo e esta Casa não tem mais sentido.

Antes de passar ao senhor, gostaria de deixar aqui um pedido, Sr. Presidente, embora o senhor e outros Deputados desta Casa tenham feito um esforço enorme para que tenhamos uma solução. Faço este pedido - e me perdoe a Diretoria do sindicato que está aqui, sem consultá-los - faço um pedido para que instalemos uma comissão mínima aqui nesta Casa e procuremos o Chefe da Casa Civil, o Governador Requião, os setores que podem resolver esse problema para que não tenhamos esse dia 1º de maio como um dia marcado na história do Paraná como sendo um dia em que os trabalhadores foram derrotados, não pela sua luta, mas pelo desconhecimento de algumas pessoas que estão aqui.

Concedo aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Tadeu Veneri, ouvi aqui e V. Exa. deve ter percebido que eu ouvi o seu pronunciamento com atenção, porque ele é consistente. Mas me levantou, aqui, uma dúvida e eu gostaria de colocar a V. Exa. O senhor afirmou no seu pronunciamento que o Governo do Paraná devolveu R\$ 48 mil de recursos para apoio à questão da dengue.

Outro dia houve, aqui, o pronunciamento da representante dos servidores da saúde. Ela também afirmou, desta mesma tribuna, dizendo que os recursos foram devolvidos por falta de aplicação. No outro dia, se não me falha a memória, consultei vários Deputados, para não me equivocar o Parlamentar, o Deputado Jocelito fez um requerimento a esta Casa, pedindo explicações ao Secretário da Saúde. No outro dia, o Líder do Governo, Deputado Luiz Carlos Romanelli, veio com as explicações oriundas do Secretário da Saúde, dizendo que não eram verdadeiras as afirmações feitas pelo representante do SINDISAÚDE. Por esta razão quero dizer aos servidores da saúde que eu não estou duvidando da palavra da representante do sindicato, mas foi afirmado pelo Líder do Governo.

Então, por esta razão, esta dúvida deve e tem que ser esclarecida aqui perante os Deputados e perante aos servidores, porque aqui na fala, representou o Governo, o Deputado Romanelli e na fala, representou o sindicato. Por esta razão, há uma informação que deixou essa dúvida. Foi devolvido o dinheiro? Se foi devolvido é equívoco do governo, é um erro do governo e isto não deve acontecer, mas o Líder do Governo neste momento, tem que se posicionar. Ou faz aqui um pedido de desculpas aos servidores da saúde, ou afirma o seu posicionamento, porque a esta Casa só uma palavra vale: a verdade. Esta dúvida que fica no ar, eu acredito em V. Exa. e quero acreditar em todas as pessoas que falam aqui, mas houve duas informações: uma do representante do sindicato que eu ouvi e outra do Líder do Governo.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concede. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento e aguardo o posicionamento do Líder do Governo, quanto a afirmação aqui, fazendo uma acusação ao sindicato, à representante do sindicato que eu considero grave e tem que se retratar com os servidores da saúde neste momento, ou confirmar. Por esta razão, aguardo o posicionamento do Líder do Governo.

Agradeço pelo aparte que V. Exa. tão bondosamente me concede.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Rossoni, acredito que nós podemos fazer e a posição do Líder do Governo me parece correta, porque a posição do Líder - e não tenho procuração para fazer defesa de ninguém, mas apenas para que os servidores entendam - a posição do Líder do Governo está sendo pautada por aquilo que veio da Secretaria da Saúde. Acredito que o Líder do Governo tem as informações de lá e passou as informações que lhe foram dadas. Então, se há alguma informação errada, não é do Líder do Governo e sim, do Secretário. Eu coloco isso...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Aí, Deputado Tadeu Veneri, é mais grave ainda, porque aí o Secretário da Saúde falta com a verdade. Aí, é demissão.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Acredito que podemos solicitar a ata dessa reunião. A ata da reunião de outubro de 2005, a ata da comissão Intergestores Bipartite que eu já falei aqui, a reunião mensal que a Dra. Rosane conhece bem, que reúne os Secretários Municipais, Estaduais e o Ministério de Saúde. Ata que traz uma recomendação sobre a epidemia de dengue e que depois, no ano de 2005, a devolução. Faço a sugestão até para que não criemos nenhuma situação de desconforto.

Gostaria de encerrar, pedindo para a Assembléia, para os servidores, para o Líder do Governo, para o Líder da Oposição, para que menos partidariemos esse debate e mais busquemos uma solução de consenso para todo mundo, porque senão não vai ter jeito, vamos ter um confronto anunciado, com prejuízo para todo mundo e neste momento, nós sabemos o que cada um tem que fazer e como cada um deverá estar, em qual lado deverá estar, e o nosso lado já está definido.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins, do PDT.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

V. Exa. sabe, os Srs. Deputados e Sras. Deputadas sabem que este nosso Centro Cívico já foi palco de grandes e demoradas manifestações, justas e democráticas. Mas nesta tarde presenciei uma das cenas mais trágicas da minha vida, uma das cenas mais dolorosas da minha vida. Creio que alguns dos senhores também presenciaram, uma manifestação pequena, mas dolorosa, chocante.

Todos os senhores sabem o que é Mal de Parkinson, uma pessoa carente cambaleando pelo Centro Cívico, caindo, porque essas pessoas não têm o medicamento, não têm como comprar e dependem do estado para tomar esses medicamentos. Pessoas que já estão em cadeiras de rodas porque não têm mais o equilíbrio. Nós temos aqui vários Deputados médicos, Dr. Batista, Dr. Accorsi, enfim pessoas da área da saúde sabem do que eu estou falando.

Meu Deus, onde é que está o erro? E nós Deputados vamos ficar calados? A Assembléia vai ficar quieta diante do que está acontecendo? Porque através da determinação do Governador, a Secretaria da Saúde só adquire medicamentos, há um tempo atrás, só com autorização do Governador. Se ele tem razão ou não é outra discussão. O que nós queremos saber é o que essa gente vai fazer, em que porta essa gente vai bater. E nas portas que eles estão

batendo, elas estão fechadas. Eles estão tentando arrebentar!

Até me entusiasmei de vir na tribuna depois do discurso do Deputado Tadeu Veneri, do aparte do Valdir Rossoni, porque essa gente sofre! Sofre o pessoal que está do lado de dentro do balcão, sofre o pessoal que está fora, do outro lado.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB) (Aparte)

Deputado, quero parabenizá-lo com a preocupação deste tema. Este tema não envolve partidos políticos, envolve pessoas em situações difíceis. Sou um dos fundadores da Associação de Parkinson, que você deu como exemplo alguns portadores de Parkinson que estão com dificuldades. É verdade isso, estou procurando junto com o Líder do PMDB, Deputado Romanelli, com o Cláudio Xavier, resolver esse assunto, porque quase todos os medicamentos de uso contínuo, estão faltando no momento. É uma situação delicada. A fibrose cística, uma doença em que são a maioria crianças os elementos portadores, não têm uma enzima do aparelho digestivo e com isso têm dificuldades para fazer as refeições. Têm que tomar todos os dias, entre as refeições, uma cápsula. E está faltando isto. É muito difícil esta situação. Todos nós temos que nos envolver para tentar resolver a situação.

Então, quero apenas parabenizá-lo por este alerta, que é muito importante.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

E o Deputado Stephanes Júnior tem credenciais junto ao Governador, porque suas informações são importantes para ele. Ele precisa destas informações. Agora, veja a situação do Deputado Romanelli, Líder do Governo, como disse aqui o Deputado Veneri. Eu fiquei preocupado, porque olhe a situação do Líder do Governo: a Secretaria da Saúde manda a informação para o Líder do Governo, que é o porta-voz, do governo aqui dentro, dizendo: “não, o dinheiro não foi devolvido”.

Ele deu crédito à informação que veio da Secretaria de Saúde. Será que agora o Deputado Romanelli vai ter que mandar verificar todas as informações que chegam? Não! É sério. O governo tem que pensar no seu Líder, aqui dentro. Não pode colocar o seu Líder em situação difícil, em situação de dúvida. Porque ele, como Líder do Governo é porta-voz do governo, aqui. E ele recebeu a informação da Secretaria da Saúde. Ele veio aqui e deu a informação.

Ele recebeu uma informação hoje, o Deputado Romanelli, e ele sabe do que estou falando, eu sei qual a informação que ele recebeu; e eu não sabia deste episódio, não me lembrava. E até eu dizia para ele, sobre outro episódio: “Deputado, eu acho bom o senhor mandar verificar estas informações”. Ele sabe do que estou falando. Porque ele chega ao ponto em que acredita ou não acredita? É verdade ou não é verdade? Agora, o Secretário da Saúde, aí me lembro, Deputado Tadeu, ele assumiu com-

promisso. Foi feito um acordo, e o Líder do Governo, nosso grande amigo, era o Deputado Dobrandino, que concordou o tempo todo com o que V. Exa. estava dizendo. Por quê? Porque ele participou. E acordo tem que ser cumprido, compromisso tem que ser cumprido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança dos Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem quando retornava à cidade de Ponta Grossa, aonde resido, no momento em que passei a praça de pedágio, mais uma vez vi um movimento social usando suas “garras” para, entre aspas, no discurso de uma manifestação, relembrar o confronto de Carajás, abrindo as cancelas do pedágio no estado do Paraná.

Ao mesmo tempo vejo no Brasil áreas sendo invadidas, áreas produtivas sendo invadidas pelo Movimento Sem-Terra, ao mesmo tempo que vejo até sede do Exército Brasileiro sendo tomado por integrantes do Movimento Sem-Terra. Enfim, o Movimento Sem-Terra não está reivindicando a terra. O Movimento Sem-Terra está, sim, com uma bandeira em punho, uma bandeira política, porque no momento em que uma manifestação como a de hoje, dos servidores da área da saúde que pacificamente vêm buscar, reivindicar o seu direito, é mais do que justo apoiar um movimento como este. Mas, é injusto nós vermos e assistirmos um movimento que diz que está buscando a terra para os que não tem terra, terras improdutivas em nosso país, invadirem supermercados, prédios públicos, praças de pedágio e outras tantas ações que fazem quase sempre contra o patrimônio público.

Quero registrar o meu protesto contra esse movimento. Todo protesto quando vai buscar alguma coisa em favor daqueles que fazem parte do movimento é mais do que justo. Agora, fazer o que estão fazendo...

Não estou defendendo o pedágio, Deputado Belinati, porque acho que o pedágio é caro no estado do Paraná, embora as rodovias estejam em excelente estado comparando ao que eram no passado. Agora, o que estão fazendo...

Vocês sabem quem vai pagar a conta desses dias que o pedágio está invadido e todo mundo passando sem pagar? Somos nós, os paranaenses, porque as empresas de pedágio vão acionar o governo do estado do Paraná. Sabem por quê? Porque o governo não cumpre reintegração de posse e as concessionárias buscaram, junto à Justiça, o direito de ter a sua propriedade reintegrada.

O governo do Paraná não gosta de cumprir reintegração de posse, não só de terra como de praças de pedágios. As concessionárias vão, juridicamente,

cobrar do governo do estado do Paraná e eu, cidadão paranaense, vou pagar porque eu recolho os impostos em dia quando compro o feijão, a cerveja, o arroz, o açúcar. O ICMS está embutido no alimento que eu compro e as concessionárias vão buscar uma parte desse imposto que eu recolhi, na hora de comprar os alimentos no estado do Paraná.

Quero registrar que não aceito! O que fazem é uma barbaridade no Brasil! Esse movimento cresce, criando expectativas para pessoas de bem que, no passado, tiveram uma ligação com a terra, que têm vocação à terra e é para esses que os Líderes criam uma expectativa falsa e, depois, acabam unindo e tomando rodovias em acampamentos para que, no futuro, usem a alavanca política, invadindo áreas, para os Líderes tentarem sacar bilhões de reais do governo federal para sustentar toda essa situação que vemos no país.

Sabe quanto gastaram, no ano de 2006, só com a reforma agrária?

Eu sou a favor da reforma agrária em terras improdutivas. Por que invadir o que está cumprindo sua função social? Vamos, sim, discutir aquelas que são improdutivas. Só no ano passado, Deputado Rossoni, R\$ 4 bilhões o governo federal liberou para o Movimento Sem-Terra, no nosso Brasil.

Queria, então, deixar registrado aquilo que realmente acontece e deixar o meu protesto: não aceito, está virando baderna! Estão querendo entrar na propriedade alheia! Temos leis no Brasil e eu, como brasileiro, respeito as leis e não é justo que esse movimento, que usa pessoas de bem, seja um movimento que venha fazer o que está fazendo no estado do Paraná e no nosso país. Sou contra, me posiciono contra e é uma barbaridade o que fazem no nosso Brasil!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para registrar a presença do Vice-Prefeito de Toledo, Lúcio Demarqui, que está na tribuna de honra, bem como do Presidente da Câmara de Guaíra e do Vereador Luiz Fernando Gomes de Terra Roxa, juntamente com seu filho, que estão na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só para registrar a presença de importantes lideranças que estão conosco, nesta tarde: o Vereador Ney Kalore de Mamborê; o Ivo Carlím de Araruna, o Prefeito Fabiano Antoniasse, o Vereador Presidente da Câmara Olímpio Caetano, o assessor contábil Ivan Simão; o Pre-

feito Totinha, o Aristóteles lá da cidade de Fênix e, também, o Presidente da Câmara, Mauro Marangone.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Também queria registrar a presença do Presidente da Associação de Câmaras do oeste do Paraná, Vereador Altair Caetano Apolinário. E também, neste momento, agradecer a presença maciça que teve de Vereadores e de Prefeitos na parte da manhã, o seminário sobre desenvolvimento regional, regiões metropolitanas. Houve uma presença muito boa, inclusive dos nossos Deputados. V. Exa. que também presidiu a Sessão, foi muito bem articulada e agradecer todo o cerimonial da Casa, as pessoas que programaram o evento, a assessoria de V. Exa., a assessoria do nosso gabinete. Quero agradecer cada Deputado que esteve no Plenário e do resultado desse seminário será produzido um relatório que chegará às mãos de cada um dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado e parabéns ao Deputado Elton Welter.

Finalmente, com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

Liderança do Governo: Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Inicialmente, saúdo aos servidores da saúde que aqui estão, reconhecendo a legitimidade de cada um expressar o seu sentimento, o seu desejo, a sua busca de valorização profissional. Falo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. trabalhadores, com a certeza de ter nesta Casa 7 mandatos, de ter sido Governo, de ter sido Oposição e ter mantido sempre a porta aberta ao diálogo e à conversação.

Não foi diferente com os servidores da saúde, o SINDISAÚDE sabe, o Deputado Tadeu Veneri sabe e outro Parlamentares desta Casa também o sabem, que sempre e toda vez que procurados para que pudéssemos discutir questão de saúde, sempre estivemos de portas abertas, discutindo, convocando Secretários para essa avaliação.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. trabalhadores: essa questão que estamos tratando, é uma questão complexa. Entendo que esta Casa é dividida entre Situação e Oposição, e sempre foi assim. Quando fui Oposição também fui assim, nos valem dos problemas que eventualmente o governo esteja enfrentando para encurralar o governo.

Eu poderia ficar sentado na minha cadeira, ter assistido essa reunião e não ter vindo à tribuna. Prefiro

encará-lo de frente; inclusive servidores das regiões que represento no estado do Paraná, para dizer que a questão da saúde no nosso estado, dos servidores da saúde e da prestação da saúde, porque mais importante do que tudo é a prestação da saúde, estamos buscando e o que buscam os presentes aqui é a condição de prestar a saúde. É isso que espero e é isso que acredito dos nossos trabalhadores da saúde, mas é uma discussão que não pode e não será resolvida no fragor de Situação e Oposição.

O estado tem procurado colocar todas as categorias profissionais na melhor forma possível. Tenho certeza absoluta. Vejo colocações aqui, ora se foi devolvida ou não foi devolvida a informação da Secretaria da Saúde, ou a informação prestada de devolução de 30 e poucos mil reais para tratamento da dengue, meus prezados servidores da saúde, devolução ou não, a secretaria continua informar que não houve devolução de recursos da dengue. Mas admitamos que tenha sido devolvido. Por quê devolvido? Porque quando você chega ao fim do ano, tem que encerrar um balanço e tem que ter ou gastado ou devolvido o dinheiro.

Dengue é uma epidemia. O estado não pode colocar fora o dinheiro, que é da união, se esse dinheiro não foi utilizado. Mas não vai ser R\$ 30 mil que vai resolver o problema da saúde do estado do Paraná, porque não foi esta a necessidade, visto que estamos combatendo essa epidemia de dengue, que em alguns municípios do estado do Paraná está acontecendo, com força da Secretaria da Saúde e de muitos e muitos trabalhadores desta área de saúde.

Essa discussão tem que ser em uma reunião de todas as áreas envolvidas do governo, para que se busque uma solução do pleito da Secretaria da Saúde, dos trabalhadores da saúde, dos postos de saúde, dos atendimentos regionais, em um governo que está construindo hospitais regionais em todas as regiões do nosso estado, que construiu e ampliou postos de saúde em todos os municípios do Paraná e que não deixou faltar a medicação dos postos.

Vocês trabalham nessa área e sabem, eventualmente, em um início de mandato, exatamente, para fazer uma correção, o governo está a controlar a forma de distribuição de medicamentos. Essa questão levantada pelo Deputado Luiz Carlos Martins foi re-autorizada pelo Governo.

Planos de Cargos, Carreiras e Salários, meus queridos amigos trabalhadores da saúde, não é tão fácil e prático e não é com discurso.

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa solicita, por gentileza, silêncio aos senhores.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Não vim aqui em busca de aplauso, mas também não vou ouvir placidamente colocações, como se pudes-

sémos atravessar a rua agora e resolver um problema de cargos, carreiras e salários.

Relembro aos Deputados mais antigos, aqui, que passamos, nós da Oposição, cobrando, durante 10 anos a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos professores, por ser talvez a categoria de maior número, com uma dificuldade imensa de poder implantá-lo e foi no governo do Governador Requião que se implantou na carreira dos professores o Plano de Cargos, Carreiras e Salários. O Plano é uma discussão permanente no setor da saúde, mas eu lhes mostraria uma coisa para reflexão, e por favor me entendam, não estou aqui para ser contra reivindicação daqueles que aqui estão, pelo contrário, já antecipadamente digo que sou absolutamente solidário e estarei em qualquer comissão que for para discutir favoravelmente aos trabalhadores do setor da saúde, tão importante do nosso estado do Paraná.

Mas cuidem de uma coisa, uma das reivindicações básicas do movimento dos trabalhadores é a redução de 40 horas para 30 horas de trabalho. É justo? É necessário? É. Acompanhem comigo: de 40 horas, reduzir para 30, você está por lei reduzindo em 25% a carga horária. Você está tirando 10 horas de um horário de 40. Portanto, 25%. Evidentemente, o estado tem que estar preparado para suprir com trabalhadores. Se o estado não vai suprir, aí, então, aquilo que é corrente passa a ser verdade. Prefiro acreditar em vocês. É porque não se está fazendo. Não vejo como você diminuir de 40 para 30, sem ter que repor as 10 horas que são diminuídas, do horário de cada um, sem contratar novos trabalhadores.

Não quero polemizar! Não quero polemizar porque espero que o próprio sindicato aqui presente, possa colocar à categoria, que a minha solidariedade sempre foi total na reivindicação dos trabalhos de saúde, uma questão que dura tempo e que está sendo buscada uma solução, em que os trabalhadores estão necessitados de ter um Plano de Cargos e Salários e é difícil de aguardar. Por outro lado, o estado está sobrecarregado com problemas que estamos enfrentando diariamente em todas as categorias. Não é apenas com boa vontade, mas com arrecadação que se pode melhorar.

Vou além. Dizia hoje para alguns companheiros do movimento, que o pensamento do Governador Requião é que a partir deste ano se procure fazer com que o 1º de maio - talvez não se consiga em todas as categorias neste ano - efetivamente seja um dia onde todas as categorias profissionais de trabalhadores do estado do Paraná tenham aumento. Nós haveremos de chegar a isso! Má vontade não existe do governo. Boa vontade da Oposição em aproveitar o momento, acho legítimo, mas temos aqui duas pontas: de um lado uma bancada que é de governo, que discute e leva reivindicações de governo; e do outro lado a Bancada da Oposição, que evidentemente faz o seu papel e cobra aqui no Plenário. E aqui no meio estão vocês. Espero que possamos juntar a Oposição e a Situação junto com os trabalhadores, despolitizando a reivin-

dicação e que possamos juntos encontrar uma solução para os trabalhadores da saúde do estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, estamos fazendo um acordo de cavalheiros entre a Liderança da Oposição e do Governo, até porque o assunto que vou levantar merece também a atenção do Líder do Governo. Há uma permuta de horários, se V. Exa. assim concordar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Com a palavra o Líder da Oposição.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Quero agradecer ao Líder do Governo por ter tido essa compreensão, porque ele falando após o nosso pronunciamento, certamente poderá trazer o posicionamento do governo, porque para nós é importante. Como disse muito bem o Deputado Caíto, não vamos politizar, mas, na verdade, como hoje estamos aqui e já foi aprofundado o debate sobre a questão dos servidores da saúde, vou tratar de uma outra questão que estava e está acontecendo e foi objeto de reportagem nas televisões no dia de hoje. Está acontecendo no Paraná algo muito triste na questão da saúde. Agora, neste momento, está acontecendo uma manifestação de pessoas que têm problemas de saúde e que precisam de medicamentos contínuos e que vão se socorrer da saúde e não têm esses medicamentos. E hoje foram ao Palácio Iguaçu, estão na frente da Assembléia, mas na verdade o que está acontecendo, Deputado Romanelli, - e aí gostaria da sua interferência e nós acreditamos na sua competência, - e é o que estamos sabendo - e se eu estiver equivocado, gostaria que V. Exa. aqui colocasse a posição do governo - está acontecendo que o Governador Requião - e essa é a informação que chegou a esta Liderança - que o Governador Requião, não satisfeito, talvez até com alguma razão, com a compra de remédios pela Secretaria da Saúde, chamou para a sua responsabilidade a compra de remédios, principalmente remédios que são mais caros, para pessoas que sofrem de, se é que posso dizer aqui, não sou médico, mas poderia me socorrer com os médicos que são Deputados, de doenças que precisam de medicamentos contínuos. O que está acontecendo, Deputado Romanelli, ao Governador chamar essa responsabilidade para si próprio, está acontecendo que as pessoas quando estão doentes e têm que ter esse medicamento contínuo, não podem esperar o Governador ter tempo para pegar um processo de autori-

zação de compra de medicamentos, porque nós sabemos da atribulação do Governador.

Então, a que situação chegamos? Chegamos ao ponto em que hoje pessoas de cadeira de rodas, pessoas precisando de medicamentos - acho que isso é a primeira vez que acontece no estado do Paraná - estão aí fazendo uma manifestação dizendo ao governo para que agilize a compra dos medicamentos porque a sua doença não espera, talvez, a falta de tempo ou do momento para ser autorizado.

Então, o que me preocupa - já lhe concedo um aparte, Deputado Edgar Bueno - veja, Deputado Romanelli, há dois episódios aqui hoje que são conflitantes. Primeiro, a informação, e já feito o pronunciamento pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que há um conflito de informações, para não usar um vocabulário um pouco mais pesado. Veio aqui a representante do SINDISAÚDE, afirmou, V. Exa. sempre com a preocupação de esclarecer a esta Casa, trouxe a informação dizendo que não eram verdadeiras as afirmações da representante do SINDISAÚDE. E aí fica essa dúvida. Quero acreditar que o Secretário tenha informado a V. Exa. que ele não devolveu. Mas aí eu me pergunto aqui, politicamente, agora me permita analisar o fato: ora, Deputado Romanelli, se o Governador não confia no seu Secretário da Saúde para a compra de medicamentos, o que podemos pensar? Aí ele manda aos servidores da saúde uma correspondência mal redigida, diga-se de passagem, não é a primeira correspondência - Deputado Nelson Justus, gostaria só de um momento da sua atenção. O Secretário da Saúde encaminha uma correspondência aos servidores da saúde, eivada de erros de concordância. Eu já vi aqui até projetos de lei cheios de erros.

Então, acho que a primeira coisa que esse governo precisa é tomar uma atitude, é contratar alguém que faça a correção dos projetos, das correspondências que este governo encaminha. Agora, Deputado Romanelli, atravessa a rua, vá ao Palácio Iguaçu e diga ao Governador que se ele não confia em seu Secretário da Saúde para comprar remédios, que troque de Secretário!

(Aplausos)

Porque, ora, é claro que o Governador não tem tempo para estar despachando tudo o que acontece no governo. Por isso é que o governo é dividido em setores, em áreas. Ora, e temos sido aqui com o governo o mais bondoso possível. Este governo é o governo do país que tem mais secretarias, ele supera o governo Lula em ministérios. Olha, o nosso governo do Paraná, hoje, entre secretarias afins e especiais, tem 40 secretarias. Tem Secretário que não tem nem sala. Ora, e ainda temos um Secretário da Saúde para a compra de remédios para as pessoas necessitadas que precisam fazer manifestação! Depende do Governador? Se a preocupação do Governador é por seriedade, acho que ele encontra no Paraná muitos médicos, milhares de médicos que entendem da área da saúde, que podem ser nomeados Secretários da Saúde e que são sérios. Não estou dizendo que o Secretário não

é sério, mas fica aqui uma dúvida no ar. A hora que o Governador usurpa poderes do Secretário da Saúde e coloca em risco, Deputado Edgar Bueno, a saúde dos pacientes, dos doentes que precisam de medicamentos contínuos, daqueles que não podem faltar, faltou uma semana, faltou um dia, o sofrimento vem maior, e os médicos aqui poderiam esclarecer.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, muito obrigado pelo aparte. Eu prestei atenção no pronunciamento do Deputado Caíto Quintana e ele tem razão em mostrar as dificuldades do governo. Eu sei que é difícil. Muitos governos municipais que também tinham esta dificuldade implantaram o plano de cargos para seus funcionários. Esta é uma questão política, uma decisão política e se esta decisão for tomada a favor daqueles que trabalham na saúde do nosso estado, não tem por quê não implantar um Plano de Cargos, Carreiras e Salários aos nossos servidores, principalmente da saúde.

Deputado, se o Secretário informa mal o Líder do Governo, que tem que estar bem abastecido para poder defender o governo nesta Casa, se eles não têm esta confiança no Secretário, se ele informa, desinforma, diz que não vai descontar o dia e depois ameaça que vai descontar o dia dos trabalhadores da saúde, se o Governador chama para si as licitações para compra de remédio e por que o Governador não tem esta condição de agilidade, hoje temos as pessoas que sofrem de Mal de Parkinson, fazendo um doloroso movimento lá no Palácio Iguaçu, triste, como diz o Deputado Luiz Carlos Martins, então chegou a hora de o Governador, perdendo a confiança no Secretário, não tem outra saída senão demití-lo.

Tem uma frase que está aqui e que diz o seguinte: "Só Deus salva a saúde pública do Paraná". Se continuar assim e se o Governador não tomar providência, tenham certeza que esta frase está correta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu concluo o meu pronunciamento concordando com a frase, mas o que pode dar uma melhoradinha na saúde é uma atitude do Governador.

Deputado Romanelli, para concluir o meu pronunciamento, não interprete o meu pronunciamento como uma crítica feita, mas uma constatação para até dar força para que V. Exa., com a coragem que V. Exa. tem, atravessa a rua, chegue no Governador e peça para tomar uma atitude que amanhã nós estaremos nesta tribuna aplaudindo V. Exa. O que não podemos neste momento é ficarmos omissos desta forma que estamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que logo após o término desta Sessão nós teremos uma Sessão Extraordinária e ainda uma Sessão Solene de outorga de título apresentado pelo Deputado Alexandre Curi.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ouvi muitos pronunciamentos hoje nestas tribunas e destas tribunas hoje eu ouvi algumas pérolas. Quanta demagogia, não é Sr. Presidente? Porque com o maior respeito que eu tenho por todos os Parlamentares, sinceramente, penso que as pessoas no nosso país evoluíram muito e já dizia o grande líder chinês Mao Tse Tung: “A prática é o critério da verdade”. Eu ouvi aqui os pronunciamentos do Deputado Antonio Belinati e ele teve muitos problemas com servidores da área da saúde quando foi Prefeito de Londrina.

Da mesma forma, Deputado Edgar Bueno, foi dolorosa a última eleição de Prefeito, justamente por conta das questões que envolviam a área da saúde no município de Cascavel! V. Exa. sabe o quanto este tema, o quanto esta política pública é delicada!

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

O senhor está fazendo que tipo de insinuação, Deputado? Por favor, seja claro!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está assegurada ao Líder do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

A insinuação que eu faço não é uma ofensa, é uma constatação. V. Exa. sabe o quanto é complexa a questão da área da saúde. Não é ofensa, é uma constatação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu gostaria apenas de lembrar ao Deputado que usa o microfone neste instante, não vou me lembrar de cabeça qual é o número do artigo do Regimento Interno que solicita a V. Exa. que se dirija à Mesa quando fizer uso da palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu dirijo, Sr. Presidente, sempre, mas em respeito ao Deputado que me aparteava, olhei para ele no sentido de poder respeitá-lo. Mas vou seguir o Regimento, como diz V. Exa.: o “livrinho”. Somos escravos do “livrinho”.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, enquanto ouvia o pronunciamento feito por um Deputado na tribuna sobre a questão dos recursos da dengue, obviamente peguei o telefone e liguei para o Secretário da Saúde. O Secretário da Saúde estava junto com a Diretora da Dengue, que coordena a área da dengue, de combate à dengue melhor dizendo, no estado do

Paraná, chamada Vera Brenner ou Gremer e eles me reafirmaram, na íntegra, a nota que eu li aqui no último dia 11. Então, vou ler aqui a nota, Deputado Rossoni, na íntegra, para que V. Exas. entendam por que eles reafirmaram a nota. Eles disseram o seguinte: “O estado do Paraná não devolveu nenhum real. Quem pode ter devolvido foram os municípios”.

A nota está aqui, estava inclusive no site da Assessoria de Comunicação Social da SESA, é acessível a qualquer um dos Srs. Deputados e diz aqui:

(Lê):

“Informações sobre o teto financeiro da dengue:

- O governo do Paraná não devolveu e não teve nenhum bloqueio no seu teto financeiro de vigilância em saúde repassado pelo Ministério da Saúde. Todos os recursos repassados ao governo do estado estão sendo utilizados em ações de vigilância epidemiológica e ambiental, inclusive nas ações de combate à dengue.

- O Ministério da Saúde controla diretamente todos os repasses feitos para a vigilância em saúde para os entes federados, sejam eles estados ou municípios. No caso de não utilização destes recursos por seis meses, o Ministério da Saúde faz uma notificação e suspende os próximo repasses.

- Alguns municípios do Paraná não conseguiram comprovar a utilização dos seus recursos em tempo hábil, portanto, tiveram seus recursos bloqueados conforme a Portaria nº 028 do Ministério da Saúde.

- A regularização dos repasses deve ser feita pelo município diretamente ao Ministério da Saúde. Esta discussão já foi tema das reuniões bipartites (onde se reúnem os gestores da saúde pública dos municípios e do estado) e a Secretaria da Saúde, por meio das regionais de saúde, fornece subsídios que podem auxiliar os municípios neste processo de regularização junto ao Ministério da Saúde, além das orientações do próprio ministério.

- Este repasses é feito fundo a fundo, ou seja, diretamente do Ministério da Saúde para o ente federado em questão, no caso os municípios e o estado, sem nenhuma intermediação.

- No caso do governo do Paraná não há nenhuma devolução, bloqueio ou suspensão de recursos de vigilância em saúde, o qual está incluso o combate à dengue”.

Mais clara que essa nota - que eu aquele dia não li na íntegra, mas repassei ao Deputado Jocelito em função do pedido de informações e na reafirmação feita pelo Secretário da Saúde e pela Diretora da Dengue - V. Exas. não de compreender que melhor que isso impossível de eu poder esclarecer a Casa. Enfim, eu me guio por um documento que para mim tem fé pública, na medida que foi enviado a essa Liderança do Governo e comunicado a esta Casa.

Em relação a questão dos remédios, já tenho tratado desde a semana passada esse tema. Fui informado na quinta-feira, estava no interior, quando o Deputado Reinhold Stephanes Júnior me alcançou dizendo que estava em Ponta Grossa e colocando o tema com preocupação

do que estava acontecendo, especialmente em relação aos portadores do Mal de Parkinson. Não é isso? Eu imediatamente entrei em contato com o Secretário da Saúde e também entrei em contato com a Chefe da Casa Civil em exercício, a Dra. Jussara, porque o Chefe da Casa Civil estava em viagem ao exterior. O que me informaram: todos os processos que demandam autorização do Governador foram devidamente autorizados. Por que o Governo modificou a mecânica? Modificou, Deputado Rossoni, pela seguinte razão: para mim a vida não tem preço. Então essa questão tem que ser sopesada. Penso que é um tema que de fato merece profunda análise e reflexão. V. Exas. leram inclusive a manifestação do meu irmão gêmeo, o Ricardo, sobre o tema. Uma família que é nossa conhecida, uma pessoa que é portadora de um mal, chamado Mal de Faber...

No ano passado o governo do estado do Paraná investiu R\$ 148 milhões na compra de medicamentos, sendo que uma grande parte desses recursos - e aí tem um quadro de evolução do que aconteceu nos últimos 10 anos na compra de medicamentos - se verificarmos nós saímos, desculpe, posso até estar sendo impreciso, mas há 8 anos atrás nós gastávamos R\$ 20 milhões e no ano passado gastamos R\$ 148 milhões. Os números nós temos. Vi outro dia o Diretor, novo Presidente da SIMEPAR com esses números. Por quê? São justamente esses remédios de uso contínuo ou medicamentos excepcionais. E esses números alcançaram essas cifras por conta das liminares judiciais, porque há um protocolo, hoje, do Ministério da Saúde, dos medicamentos que podem ser fornecidos. E têm medicamentos de altíssimo custo, que custam R\$ 50, 60 mil por mês. São remédios de combate ao câncer que são caríssimos, embora eles tenham protocolo, são normalmente comprados.

O fato é que há a necessidade de você estabelecer prioridades neste tema. Embora para mim este é um tema que tem que ser discutido amplamente mesmo, há necessidade, e o fato de ter um fluxo, e o decreto, Deputado Rossoni, estabelece um fluxo justamente para estabelecer prioridades e principalmente num tema que envolve a carência. Ou seja, a comprovada carência daquele que demanda a saúde pública para que nós possamos ter, de fato, caracterizado quem é que precisa ter remédio fornecido pela saúde pública. E esse fluxo está sendo cumprido e falava com o Chefe da Casa Civil que me comunicou que não há no Palácio Iguaçu nenhum processo pendente. Todos os processos que deveriam ser despachados foram normalmente despachados, estão na Secretaria da Saúde.

De qualquer forma, informei o Chefe da Casa Civil, ele está checando junto à Secretaria da Saúde o que está acontecendo e o governo está se mobilizando em relação a esse tema de uma forma objetiva.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Eu tenho grande apreço e respeito por V. Exa. e não entendi a insinuação que quis fazer com referência ao que estamos tratando aqui, que é da saúde pública do Paraná com a eleição de 2004, em Cascavel. Sabe que eleição se ganha e eleição se perde. V. Exa. perdeu nas eleições passadas e agora, com a máquina do governo azeitada, V. Exa. teve a oportunidade de fazer 82 mil votos, contra 30 que fez na vez passada, quando não tinha essa mesma estrutura. No entanto, o senhor é nosso Deputado e goza do nosso respeito.

Quero dizer que também tenho respeito pelo Governador e quando nos posicionamos aqui, é no sentido de ajudar, não só na categoria da saúde, mas também o Governador, porque é um desgaste muito grande ao Governador assistir a cena lamentável que assistimos no Palácio Iguaçu. Gostaria de lamentar e registrar aqui que é de extrema arrogância qualquer ganhador achar que são donos dos votos. Os votos são passageiros. Hoje podem ser seus, amanhã podem não ser seus. Então se tratarem assim com essa arrogância, Deputado Romanelli, com certeza nós vamos cada vez mais lamentar essa administração do Paraná.

Então, por isso eu quero deixar esse lamento e dizer a V. Exa. que com arrogância nós não chegaremos a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Peço a V. Exa. que conclua. Nós temos mais duas Sessões.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu concedi o aparte no sentido de demonstrar que dei como exemplo a questão de Cascavel, não no sentido de desrespeitar o Deputado Edgar Bueno, com quem eu privo de uma relação fraterna. Eu disse que a questão da saúde é uma questão complexa. Nós temos os servidores da saúde. Há 4 anos atrás esses servidores estavam aqui reivindicando os salários. Durante 8 anos esses servidores foram completamente esquecidos pelo governo anterior. O nosso governo iniciou um resgate da dignidade no pagamento do salário para esses servidores. A questão que está em discussão é sobre a jornada de 30 horas que está sendo cumprida e que o governo pretende exigir o cumprimento da jornada de 40 horas.

Esse é um tema que está sendo tratado. A manifestação é vista com respeito por todos nós, continuamos numa conversação com a Direção do sindicato. Sempre respeitamos os servidores públicos. O nosso governo é um governo que respeita o servidor público e quando tem uma relação igual, não tem uma relação de soberba. Os servidores sabem que têm no nosso governo, um parceiro. Podemos, por conta de questões que envolvem a questão de uma política pública, ter divergências, mas certamente o nosso governo tem a relação de respeito com as diversas categorias profissionais.

Quero dizer que, confesso a V. Exa., muitas vezes eu lamento ver como a hipocrisia às vezes acaba prevalecendo em determinados posicionamentos.

Da minha parte, todos os Deputados da Situação ou Oposição sempre merecerão o respeito, mas peço que não desafiem a nossa inteligência, que mantenham a mínima coerência, porque não é possível que Parlamentares que a vida toda foram Parlamentares de Direita, que trabalham contra o movimento social, contra o movimento sindical, que mantiveram os salários baixos por seus servidores, possam aqui demagogicamente querer falar e dar lição num governo que respeita o servidor público.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Fiquei muito preocupado com o pronunciamento do Deputado Edgar Bueno, que ele disse que o Deputado Romanelli usou a máquina. Que máquina é essa na campanha, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há questão de ordem a ser respondida.
Com a palavra Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Nós solicitamos no dia da Audiência Pública da Secretaria da Fazenda. Não sei se V. Exa. recebeu os documentos da Secretaria da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Confesso que não recebi!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, acho que já passou a hora, estamos chegando no final de abril. No mês de maio temos a próxima Audiência Pública. O Nestor Bueno não pode brincar com o Poder Legislativo, foi uma Audiência Pública, estou perdendo a paciência! Não é falta de respeito com este Parlamentar, é falta de respeito com a Assembléia Legislativa o que a Secretaria da Fazenda está fazendo. Não é possível que veio o Diretor Geral, dessa tribuna fez uma explanação e nós o indagamos, solicitamos as informações ele disse que viria imediatamente e até hoje não veio ainda. Estou cansado de cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Está eivado de razões.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Segunda questão de ordem, que pergunto ao Líder do Governo: Deputado Romanelli, no dia 4 nós apresentamos um requerimento solicitando algumas informações. O Líder do Governo pediu que nós retirássemos o requerimento de pedido de informações, que em 5 dias viriam as explicações. Isso foi no dia 4,

numa quinta-feira, 5 Sessões da semana passada. Passaram-se as 5 Sessões. Já passou essa semana segunda, terça e quarta-feira e o entendimento que nós tivemos com o Líder do Governo, Deputado Romanelli, se não viessem as informações em 5 dias, nós iríamos apresentar o requerimento e o Líder do Governo se comprometeu em aprovar o requerimento. Solicito ao Líder do Governo se ele tem as informações, caso contrário, vamos apresentar o requerimento novo e vamos ver se a Bancada do Governo vai aprovar, dentro do entendimento que nós tivemos.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Peço comunicar à Mesa e ao Plenário da Assembléia Legislativa que estarei ausente, conforme já foi comunicado a esta presidência, amanhã e sexta-feira, por estarmos fazendo o fórum do FUNDEB em Sarandi.

Muito obrigado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Hoje completam-se 30 dias que eu fiz aqui na Assembléia Legislativa o requerimento de pedido de informações dos gastos publicitários do governo do estado do Paraná.

Gostaria de pedir novamente à presidência, com humildade, para que reiterasse o meu pedido. Estou sendo cobrado pela imprensa e pelo povo e gostaria muito de saber as informações a respeito dos gastos com publicidade.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre e mesa, Indicação nº 064/07, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo a instalação da Delegacia Especializada em Crimes na Internet. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 065/07, de autoria dos Srs. Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo a instalação de duas unidades de saúde no município de Carambeí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 066/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a construção de uma quadra de esportes coberta, na Escola Estadual Ipiranga, no município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expedi-

ente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 883, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 19 de abril (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quanto à questão de ordem do Deputado Marcelo Rangel, foi protocolado dia 28 de março, portanto, nós temos até o dia 28 de abril. A Sessão foi aprovada no dia 15, realmente, mas foi protocolada no dia 28. Ainda está dentro do prazo.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 069/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais (Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR). **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 070/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais (Instituto Ambiental do Paraná). **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei)**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/07, que dispõe

sobre estadualização, mediante incorporação, da Fundação Faculdades Luiz Meneguel, situada no município de Bandeirantes à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UNEP. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de governo, e dá outras providências. PARECERES DA CCJ E COPTC. **(Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/2007, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI 037/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Osmar Bertoldi, o presente projeto de lei dispõe sobre a utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de governo, e dá outras providências.

O projeto de lei encontra amparo legal no artigo 37 da Constituição Federal, a qual assegura que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Esta medida tem por finalidade normatizar o uso de símbolos, mensagens e veiculações do governo do Estado, de acordo com a Constituição Federal.

Diante do exposto não há questionamentos quanto a competência estadual, legislativa, para dispor acerca da matéria em referência.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI 037/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do nobre Deputado Osmar Bertoldi, dispõe sobre a utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de governo, e dá outras providências.

O projeto vem com parecer favorável da egrégia Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, a quem compete manifestar-se sobre a legalidade da sua tramitação.

Chamada esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação a dar o seu parecer, considerando que ela deva se manifestar sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; e, considerando, ainda, não haver nenhum óbice para a votação do presente projeto, somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

Em discussão. Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Na verdade, tenho duas Ordens do Dia sobre minha mesa.

Este projeto do Deputado Osmar Bertoldi é um projeto amplo e que quer regulamentar, ou melhor, dispõe sobre a utilização... É um projeto de lei que quer regulamentar até um dispositivo próprio da Constituição na medida em que a Constituição de 1988 proibiu as propagandas, a publicidade de caráter personalista do governante. Na verdade, muito apropriadamente, o constituinte, se não me falha a memória, foi um paranaense, foi o ex-Deputado Ailton Cordeiro que fez essa emenda que pôs fim a uma verdadeira farra que havia dos governantes, que para se promoverem pintavam seu nome embaixo das obras, enfim, fugiam muito do princípio da moralidade.

O projeto de lei do Deputado Bertoldi, na minha avaliação, tem toda constitucionalidade. Quero dizer, Deputado Bertoldi, que não vou encaminhar contrário à admissão da constitucionalidade, que é o que estamos votando hoje, mas quero registrar à bancada que a amplitude do projeto do Deputado Osmar Bertoldi contraria aquilo que hoje é feito por qualquer governante respeitando a Constituição Estadual, ou seja, na medida em que um Prefeito, um Governador possa utilizar não o símbolo particular, mas uma marca de governo, dentro dos limites que a legislação, que a Constituição impõe.

Quero dizer que, certamente, podemos até avançar no tema, Deputado Bertoldi, no seguinte aspecto: acho que é um tema que pode e merece ser discutido, mas queria, na verdade, fazer uma reflexão, porque o projeto é absolutamente proibitivo na medida que estabelece um outro comportamento em relação à questão do estado, de brasões, de aplicação de brasão nos veículos, enfim, estabelece um outro tipo de redação nessa caracterização de governos. Então, queria dizer, Sr. Presidente, para não ser amanhã contraditório, que acho que o projeto tem que ser debatido, discutido.

Por óbvio, reconheço nele um projeto constitucional e, por isso, vou votar pela constitucionalidade, mas quero fazer um reparo porque, certamente, na análise do mérito do projeto, teremos que discutir ou com o autor

para propor uma emenda que permita uma flexibilização em relação a esse tema, ou votarmos contra.

Acho que é importante fazer esse registro, aqui, para que possamos fazer no momento devido uma análise sobre esse tema, respeitando, naturalmente, as idéias e a propositura feita pelo autor Osmar Bertoldi, que tem sido nesta Casa, para mim, uma revelação extraordinária. Conhecia o Deputado Osmar Bertoldi apenas pela televisão, na atuação dele como Vereador e, agora, no convívio dele como Parlamentar, tenho tido extrema alegria em poder conhecer uma pessoa preparada, qualificada e que tem tido uma postura, na minha avaliação, extremamente propositiva, mesmo sendo Deputado de Oposição, mas que, efetivamente, tem uma visão moderna do processo democrático e do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o projeto.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente Nelson Justus; Deputado Romanelli.

Na verdade, a intenção de trazer a esta Casa este projeto é exatamente para ser discutido. Sempre que apresento um projeto de lei, seja ele de qualquer tema, penso que aqui é o fórum mais adequado para ser debatido e para acatar e serem votadas as emendas.

Na verdade, Deputado Romanelli, a minha idéia, até dentro da linha daquilo que V. Exa. acaba de comentar, e que sugiro a esta Casa que votemos hoje na questão da constitucionalidade ou não, e amanhã esse projeto tem toda oportunidade, de qualquer um dos Srs. Deputados, de receber emendas a ele e eu sempre fui uma pessoa aberta ao diálogo. A intenção desse projeto é para regulamentar as discrepâncias, porque na minha visão política, acho que o governo não é de ninguém. Não estou falando do atual Governador ou do passado. O que estou falando, na verdade, é o seguinte: a intenção nossa é que o estado é muito maior do que seus governantes, assim como nós estamos aqui como Deputados e isso também é passageiro.

Acredito que o governo no Executivo, muitas vezes coloca a sua cor de campanha política no seu material de estado, coloca às vezes uma frase muito parecida com aquela utilizada na campanha e que esse tipo de ação às vezes passa a mostrar um governo muito personalista e não um governo de todos os paranaenses. E aqui não é uma crítica a A ou B, e sim uma postura que acho que esta Casa, um tema como este deve ser debatido aqui, até porque acredito que na minha pouca estada aqui pude observar que tem Deputados que hoje estão na Oposição, já participaram do grupo que estava na Situação e vice-versa. Quer dizer, a idéia nossa é regulamentar de maneira que o governo seja maior do que seu governante.

No que diz respeito a essa questão, temos um exemplo bem claro. Até hoje, quando você anda no

governo do estado, tinha um governador que fazia uma casinha - para não falar nomes, que não é a intenção denegrir a imagem de ninguém, naquele momento podia isso, estava dentro da legalidade, tinha mais que fazer mesmo - mas, até hoje deparamos o estado do Paraná com essa meia obra, pois elas estão depredadas devido ao tempo, ao desgaste natural e está aí até uma barreira, às vezes urbana, às vezes rodoviária, sujeita até a acidentes de automóveis que se colidam com o material altamente resistente, porque essas casas foram feitas de concreto.

No mais, pediria à Situação que votasse junto conosco esse projeto e que na próxima semana pudéssemos receber as emendas, ver aquilo que é muito restritivo. Talvez no afã de legislar, passo um pouco do ponto, mas, estamos abertos ao diálogo para que possamos regulamentar, assim como rege a Constituição, aprimorar a Constituição, já que ela foi feita em 1988, há mais de 15 anos. Quer dizer, o mundo mudou, temos que nos modernizar, cabe ao estado do Paraná dar essa lição, quem sabe, para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação o Projeto nº 037/07. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 115/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o Dia Estadual da Conscientização e Prevenção de Intoxicações por Agrotóxicos (15 de agosto). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 115/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo instituir o Dia Estadual da Conscientização e Prevenção de Intoxicações por Agrotóxicos, a ser comemorado no dia 15 de agosto, incluso no calendário de datas do Paraná.

Constitucionalidade e legalidade

No que se refere à iniciativa legislativa, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem a iniciativa é privativa do Governador do Estado, conforme estabelece o artigo 66 da Constituição Estadual.

Ademais, o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal determina:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma dis-

posição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está em perfeita conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Destarte, não havendo nenhum fator impeditivo para a matéria em tela, em sede de análise prévia esta comissão opina pela **aprovação** do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 115/07

P A R E C E R :

O nosso estado destaca-se por ser responsável por mais de 20% da produção nacional de grãos. Prevalecem em sua estrutura agrária, pequenas e médias propriedades onde predomina a mão-de-obra familiar. Buscando manter e aumentar as produtividades atuais, a agricultura paranaense utiliza intensivamente os insumos disponíveis no comércio, como é o caso nos agrotóxicos, onde o Paraná é tido como o segundo maior consumidor nacional. A venda maciça deste insumo, o baixo grau de escolaridade dos usuários, aliado a falta de cuidados quando da sua utilização resultam no surgimento de intoxicações.

Baseado nesta realidade, é salutar propor medidas que visem diminuir os prejuízos às populações expostas. Para tanto, o governo do estado vem analisando as intoxicações agudas desde 1993, referentes ao banco de dados fornecido pela Secretaria Estadual da Saúde. Os resultados destas análises apontaram que a maior parte das intoxicações ocorreram em atividades relacionadas à causa profissional (53,1%), tendo sido os inseticidas os agentes causadores da maioria das intoxicações (37,9%) e óbitos (42%). A maioria dos intoxicados foram indivíduos do sexo masculino (79,8%), sendo a faixa de idade compreendida entre os 18 e 23 anos, onde ocorreu o maior número de intoxicações (21,2%) e óbitos (15,8%). O maior percentual de óbitos ocorreu mediante a tentativa de suicídio (86%), principalmente na faixa de idade entre 18 e 23 anos (16,1%). Foi na zona rural onde se deu o maior número de ocorrências (65%), em indivíduos ligados a ocupação agrícola (63%).

As principais vias de contaminação para a causa profissional foram a via respiratória com 58,3% dos casos e suas combinações com as demais vias (82,2%). Para a causa suicídio a via prioritária foi a digestiva, tendo atingindo 95,7% dos casos notificados. A região norte (composta pelos núcleos regionais de Apucarana, Cornélio Procopio, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina e Maringá) deteve o maior número de ocorrências de intoxicações (43,1%) e óbitos (37%), sendo os organofosforados os maiores responsáveis por ambas.

A análise de correlação concluiu ser positiva a relação existente entre as intoxicações notificadas e as áreas de cultivos de culturas de inverno e verão, frutíferas e olerícolas. O acesso fácil, associado ao armazenamento inadequado dos agrotóxicos, assim como a participação prematura em atividades agrícolas resultou na ocorrência de intoxicações e óbitos em indivíduos menores de idade.

O uso do receituário agrônômico e guia de aplicação para agrotóxicos de venda aplicada não impediram a ocorrência de intoxicações e óbitos causados por herbicidas bipiridílios.

Desde 24 de abril de 2003 o estado do Paraná vem seguindo a Resolução n° 347 e posteriormente a Resolução n° 165 do Ministério da Saúde. Portanto todas as marcas comerciais cadastradas no estado, cujos ingredientes ativos sofreram exclusões de culturas ou alterações em suas modalidades de uso através das referidas resoluções, ficaram com restrição de uso devido ao fato de o estado estar seguindo essas resoluções.

Diante do exposto, é salutar a iniciativa da nobre Deputada Rosane Ferreira em instituir o Dia Estadual de Conscientização e Prevenção de Intoxicações por Agrotóxicos.

Tendo em vista não haver nenhum óbice constitucional, nenhuma disposição contrária e a importância da divulgação sobre a gravidade do assunto em epígrafe e suas conseqüências à saúde do cidadão paranaense e ao meio ambiente, esta comissão é de parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 04.04.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PROJETO DE LEI N° 115/07

P A R E C E R :

Trata-se de proposição de iniciativa da nobre Deputada Rosane Ferreira que visa instituir o Dia da Conscientização e Prevenção de Intoxicação por Agrotóxicos, nos termos que especifica.

Primeiramente, cumpre elogiar a iniciativa da colega Parlamentar em se preocupar com o tema sem dúvida de vital importância, qual seja a preservação da saúde dos nossos agricultores e população em geral no tocante ao uso e manipulação de agrotóxicos, produtos estes responsáveis por muitas mortes e intoxicações no nosso Estado conforme dados da SESA.

Chamada esta comissão a opinar, verifica-se que se trata de matéria afeta e acometida às suas atribuições regimentais.

Por estas razões esta comissão, considerando a relevância social do tema, se soma à justificativa que embasa o referido projeto da nobre Parlamentar e é de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 02.04.07.

(aa) PEDRO IVO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 120/07, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA n° 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 120/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Jandaia do Sul, o imóvel que especifica, situado no próprio município.

Fundamentação

Preceitua a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que doa o imóvel ao município de Jandaia, entidade pessoa jurídica de direito público interno, que o utilizará com fins de assentamento social.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar n° 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em sede de parecer, nosso voto é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 120/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Stephanes Júnior, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao Município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel.

Com parecer bem fundamentado pela CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, e estando o projeto em pleno acordo com a disposição constitucional, e verificando a nobre intenção do Deputado autor com a destinação do imóvel em questão, que é exclusivamente, para a construção de um Centro de Convivência do Idoso, nosso parecer e voto é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.04.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 878 e 899, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 887, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Não recebido pela Mesa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(**Assentimento**)

Estou procurando se encontro o Deputado Ney Leprevost, mas não o encontro aqui no plenário. Ouvi a amplitude das solicitações e acho que é mais fácil ele ir à unidade administrativa e tomar conhecimento, para poder saber o que está acontecendo, porque é muito amplo este requerimento. Eu gostaria de poder conversar com o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. solicita para discutir e fica para a próxima Sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, Sr. Presidente. Eu consultava, aqui, a nossa bancada, mas em função dessa amplitude, fico constrangido de encaminhar contra, de rejeitar o requerimento, estando ausente o autor do requerimento, Ney Leprevost.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

(**Lê o teor do requerimento**)

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Se V. Exa. permitir, deve ter dois requerimentos, praticamente, do mesmo teor. Deve ter mais um requerimento igual.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

É o segundo item dos requerimentos. Na continuação vamos ver. Assumi a presidência, agora, lhe devo a informação, mas na continuidade lhe responderei.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para poder concluir, Exa., o meu encaminhamento. Encaminho aos nossos companheiros, para rejeitar esse requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Temos o requerimento quase do mesmo teor. Deputado Romanelli, já que V. Exa. pede para rejeitar, peço para aprovarmos esse requerimento. Temos o segundo requerimento que vai entrar em discussão, logo em seguida, que deve ser quase do mesmo teor. Os hospitais psiquiátricos no Paraná atravessam uma fase muito difícil. O SUS, para os senhores terem uma idéia, paga hoje por paciente...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Para corroborar com V. Exa., existe um requerimento de vossa autoria, mas ou menos com as mesmas dúvidas. Poderá ser acoplado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Não. Vamos votar os dois separados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Vou responder a V. Exa, que será votado a posterior. Sugerir a V. Exa. para acoplar, V. Exa. não quer. Será votado em separado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Romanelli, o SUS paga por paciente, para um interno do hospital psiquiátrico, R\$ 2,50 para um médico. Paga para o dono do hospital R\$ 23,50, para dar o café, o almoço, o jantar, psicólogo, todos os atendimentos. Os hospitais psiquiátricos, Srs. Deputados, atravessam a fase mais crucial. Se não reverter o quadro, no final deste ano já é decisão dos hospitais psiquiátricos que todos vão fechar e nós temos apenas um hospital público, que o Deputado Ney Leprevost está pedindo agora.

Participei de duas reuniões, Sr. Presidente, com os donos dos hospitais de Londrina, Maringá, Curitiba, Marechal Cândido Rondon e o hospital de Cascavel já pediu o seu descredenciamento e já foram fechados 2 mil e 700 leitos de psiquiatria no Paraná, Sr. Presidente. Deputado Romanelli, essa situação não pode ser encarada como política. A situação é gravíssima! A Presidente dessa associação já está com a prisão decretada e ela anda com o *habeas corpus* no bolso, porque os hospitais não conseguem pagar os seus encargos. É lamentável a situação em que nos encontramos, e Deputado Romanelli, peço a atenção de V. Exa. porque a situação é gravíssima. É gravíssima a situação dos hospitais psiquiátricos do Paraná. É grave!

Srs. Deputados, só temos um hospital público, que é o Botelho, aqui de Curitiba. O Secretário da Saúde, Xavier, de duas ou três reuniões que participamos, ele

pediu a planilha de custo para os hospitais particulares, Srs. Deputados. Os hospitais particulares fizeram a planilha de custo e para você fazer a planilha é necessário saber quantos funcionários você tem, qual é o custo da folha de pagamento, quantos médicos você tem. Aí, apelo aos Srs. Parlamentares, porque tanto esse requerimento do Deputado Ney Leprevost como o meu pedem apenas quais os cálculos que o hospital público do Paraná, que só tem um, quanto é o custo desse hospital público por mês, para ver qual é o prejuízo que esse hospital tem hoje no Paraná. É prejuízo, Deputado Romanelli! O hospital psiquiátrico de Marechal Cândido Rondon, no ano passado, são milhões e milhões de prejuízo por ano. Milhões, Deputado Romanelli! O hospital psiquiátrico de Maringá, são milhões e milhões de prejuízo por ano, como de Londrina e de todos, porque o SUS não paga. O governo do estado tem que socorrer, senão vamos ter todas as pessoas que têm problemas mentais nas ruas do Paraná.

Esteve aqui na semana passada a Presidente da Associação, que mandou esta correspondência para o Presidente da Assembleia, mandou para o Presidente da Comissão de Finanças, para o Presidente de Direitos Humanos e para o Presidente da Comissão de Saúde. Deputado Romanelli, não é uma questão política, não, é apenas uma informação, que com toda certeza na hora que ele responder esse requerimento, virá para a Assembleia dizer quanto de prejuízo o hospital do estado do Paraná tem por mês. É isso que queremos saber! Deputado Romanelli, precisamos sim e não faça essa injustiça com os hospitais psiquiátricos do Paraná. Nós precisamos dessas informações, Romanelli! Nada de mais, isso ajuda o hospital. O hospital psiquiátrico do estado do Paraná precisa da nossa ajuda, precisa do Parlamento e precisa do governo federal acima de tudo para socorrê-los.

Eu apelo e peço a V. Exa., efetivamente, que aprove este requerimento. Não é possível que nós vamos rejeitar um requerimento que está causando hoje uma preocupação muito grande para o estado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, como o autor do segundo requerimento falou sobre o primeiro, eu reconheço o seguinte: não consigo entender como é que hospital público possa ter prejuízo! Primeira regra básica do serviço público: serviço público não dá prejuízo. Isso é uma regra. Desculpa, o setor privado tem prejuízo, o setor público não, porque estamos tratando de um outro tema. Essa é a primeira questão.

Segundo, eu não entendo o que de relevante esse conjunto de informações lidas, desculpe eu voltar a falar pela ordem, mas é que as palavras do Deputado Elio Rusch são muito duras, são como se eu tivesse um encargo de resolver o problema dos hospitais psiquiátricos aprovando um requerimento de custos e itens de custo de um hospital público.

Então, quero dizer a V. Exa., Deputado Elio Rusch, que tanto o seu requerimento, como o do Deputado Ney Leprevost, que nós encaminharemos via liderança do governo para que possa ser respondido. Politicamente, para criar desgaste político, já temos um posicionamento aqui que nós podemos ganhar ou perder votações. Então, o seguinte: eu sei, conversava com o Deputado Dobrandino ainda há pouco. O Deputado Dobrandino preocupado também com as questões relativas aos hospitais psiquiátricos do Estado e eu também tenho visto que temos problemas. Agora, Sr. Presidente, sinceramente, aqui, quem houve o Deputado Elio Rusch falar, da forma como ele fala em muitos pronunciamentos, parece que vivemos o caos, absoluto caos. Às vezes eu ouço aqui, inclusive, na área da segurança, algumas falas que se nós atravessarmos ali, somos assaltados para chegarmos ao ponto de ônibus. Então, o fato é o seguinte, V. Exa. não é verdade, porque se cria aqui neste ambiente, pelas palavras, pelo poder que as palavras têm, de bons oradores que argumentaram, cria-se na verdade uma sensação que você vive o caos.

Quero dizer o seguinte, Exa.: os temas que forem para ser tratados relativos aos hospitais psiquiátricos, quero dizer que a liderança do governo tem absoluta vontade de poder tratar esse tema, um tema que tem que ser enfrentado. Por óbvio, acho que V. Exa. tem que trazer as questões de forma objetiva para que possamos também, nos incorporar nesse esforço. Reconhecemos que o SUS foi um grande avanço em nosso país, mas os valores que o SUS paga são absolutamente ínfimos em relação ao custo real do que estamos enfrentando, especialmente no setor privado.

Agora, quero dizer a V. Exa. que os requerimentos podem ser, sim, encaminhados via liderança do governo e serem respondidos, aliás, eu estou lhe devendo uma resposta da SIAP, do ParanaPrevidência, sobre um tema que eu estou cobrando. Mas, o fato, Exa. é que para poder criar desgaste político, daí efetivamente encaminhamos contra. É assim que estamos procedendo e vamos continuar procedendo, sem deixar de reconhecer que temas relevantes têm que ser tratados e têm que ser enfrentados. E estou disposto aqui a poder, claro, trabalhar junto.

Ouvi as palavras do Deputado Dobrandino e por óbvio penso que os requerimentos, na verdade, se fossem requerimentos que fossem solucionar, efetivamente seria motivo e objetivo de podermos trabalhar. Agora, os requerimentos - eu ouvi V. Exa., Presidente, lendo o requerimento do Deputado Ney Leprevost - efetivamente, ali não tem nada para ser solucionado, ao contrário, absolutamente nada. Então, me parece que não é o caso de aprovar este requerimento, mas eu me coloco à disposição para poder encaminhar, obter as respostas, tanto do requerimento do Deputado Ney Leprevost, quanto do Deputado Elio Rusch, desde logo me colocando, a liderança do governo, à disposição para que possamos tratar de um tema, que pela sua veemência, certamente, e pelo

que ouvimos, será um tema que tem que ser efetivamente tratado com muito respeito e com muita atenção.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão a esta Mesa, que não votássemos aqui requerimentos de Deputados que não estiverem em plenário. Acho que isso é uma questão até de respeito para quem está no plenário. Um Deputado que apresenta um requerimento ou apresenta um projeto e não vem defender o que é dele, não merece ser aprovado. Eu vou votar contra pelo fato de o Deputado Ney Leprevost não estar aqui. Acho que ficamos aqui até tarde, alguns Deputados vão embora antes da hora e ouvimos pito pela imprensa, depois.

Então, eu queria sugerir a esta Casa aqui, o Deputado que não estiver presente que seja retirado automaticamente. Estamos mexendo no Regimento Interno da Casa, agora, não estamos? Vamos colocar isto aí - o Deputado que apresentar um requerimento ou qualquer projeto e não estiver em Plenário não tem direito nenhum de ser votado aqui nesta Casa - esta é uma questão mínima.

E uma segunda questão, Sr. Presidente, questão dos hospitais psiquiátricos - eu não sou médico, o Dr. Batista está aqui, pode falar, mas queria colocar uma questão de ordem. Me parece que existe uma orientação do Ministério da Saúde para, aos poucos, ir terminando os hospitais psiquiátricos. Os doutores que estão aqui, os nossos Deputados, podem até falar mais deste caso. Há alguma coisa em nível de Brasil, do Ministério da Saúde, Dr. Felipe Lucas, que determina que aos poucos os hospitais devem fechar as portas, os psiquiátricos, porque há uma novo conceito na medicina em nível de país que não é só pegar o doente mental e jogar no hospital e a família abandoná-lo. Pelo menos eu tenho ouvido falar isto.

O mesmo aconteceu em relação as APAEs. Antigamente as APAEs, as mães pegavam as crianças e largavam na porta da casa e a kombi ou o carro ia lá buscar e a mãe só recebia a criança depois. Hoje há um outro comportamento que obriga a família a ir à escola, levar a criança até lá, até para que estas pessoas tenham um melhor atendimento.

Então, não sou formado em medicina, mas tenho acompanhado isto e há uma tendência que os hospitais psiquiátricos sejam fechados e trocados por Centro de Orientação Psiquiátrica que já estão funcionando em todas as cidades do Paraná. Lá em Ponta Grossa já está funcionando e em outras cidades também.

Então, se o governo federal tem uma política para psiquiatria para estes problemas, precisamos tratar isto com responsabilidade aqui no Paraná. Claro que em função disto, acho que aos poucos deve ir se dando um local correto para estas pessoas, porque tem muitas pessoas que sofrem, mas por outro lado, quero mais uma vez pedir a V. Exa.: Deputado que propõe requerimento, propõe qualquer coisa e não está no Plenário, no mínimo não respeita nem o requerimento dele, que ele fez a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Eu queria ajudar a esclarecer o requerimento do Deputado Elio Rusch, que o nobre Deputado Líder do Governo não entendeu, por que prejuízo? O que quer dizer o Deputado Elio Rusch? O Hospital Adaauto Botelho é um hospital público, recebe recursos do SUS, mas é claro, se for só com recurso do SUS ele está morto. Então, é claro que o governo do estado está colocando dinheiro no Hospital Adaauto Botelho, para fazer um comparativo aos hospitais particulares que não recebem do SUS e eles tem que colocar particularmente. Então, estão todos quebrados.

Esta é a razão. Vou votar favorável ao requerimento porque é uma forma de pressionarmos o governo de ajudar porque estão morrendo todos os loucos nos hospitais. É um absurdo, eu falei há poucos dias com o Dr. Afonso Antoniuk, Presidente de hospital psiquiátrico em Curitiba, e ele disse: "está mais de 1 milhão de prejuízo por mês, vamos fechar as portas enquanto não vier ajuda da Assembléia". O que ajuda neste momento é fazermos passar esse requerimento e tentar pressionar o governo federal que hoje está mandando os loucos para casa, os parentes que cuidem. Está um caos nesta área.

Eu sou favorável à aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência, para resolver o impasse, dará preferência à votação do Deputado Elio Rusch que está aqui presente, e acatando a sugestão do Deputado Jocelito, não receberá o requerimento do Deputado Ney Leprevost que trata do mesmo assunto. Como ele não está presente, fica **prejudicado**. Daremos preferência ao Deputado Elio Rusch. Esta é a sugestão. Se não concordar, tudo bem.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Esta questão, acho que se nós aprovarmos ou não, o requerimento do Deputado Elio Rusch atende os dois. Se o Deputado Ney Leprevost não está presente, quer dizer, fica prejudicado. Logicamente, concordo também com o Deputado Jocelito.

Quero concordar aqui também com o Deputado Dobrandino quando ele coloca essa questão que é uma questão muito séria. O governo federal, o governo do Presidente Lula, encaminhado pelo Deputado Rosinha que foi Deputado aqui e que é Deputado Federal, colocaram uma política para acabar com todos os hospitais psiquiátricos do Brasil. O Paraná já foi atingido, algumas cidades do Paraná já foram atingidas e o pior, Cascavel, por exemplo, eles mandavam 330 mil que era a parte que o SUS mandava para sustentar esse hospital com 300 pacientes. Fecharam, esses pacientes foram para a rua, foram procurar recursos em outros estados. Mães que não podem sustentar um filho com desequilíbrio mental, que apanham do filho porque o filho não tem condição e nem elas têm estrutura na sua própria casa para abrigar o seu filho, ou pai, ou seja qualquer membro da família.

Então, foi criado um caos na saúde mental porque o governo federal parou de mandar os 330 para Cascavel e os pacientes foram todos para a rua, estão em Rondon, Élio Rusch, que reduziu também.

Está certo o Deputado Dobrandino quando ele encaminha também para se votar, porque essa matéria tem que começar a ser discutida, não só aqui no Paraná, mas que parta uma discussão do Paraná para resolver este problema no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação, preferência ao Requerimento nº 893, de autoria do Deputado Elio Rusch, o outro fica prejudicado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Como os hospitais precisam do documento público que espelha a realidade do custo, não do prejuízo, do custo do hospital público, encaminhamos favoravelmente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Aprovado. O do Deputado Ney Leprevost, **prejudicado**.

Requerimento nº 888, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Não recebido pela Mesa.

Deixo de votar porque o Deputado não está presente, atendendo ao Deputado Jocelito. Era uma sistemática que o Deputado Hermas Brandão aplicava e eu, como discípulo do Hermas Brandão, quando estiver na Presidência vou proceder desta forma.

Requerimento nº 892, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 898, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 894, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 897, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 889 e 890, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Não recebidos pela Mesa.**

Requerimento nº 895, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 901, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 903, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Esta presidência avisa aos Srs. Deputados que amanhã, de acordo com entendimento, haverá uma viagem a Paranaguá para visitar o porto. A saída será às 8h30 desta Assembléia.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar, com satisfação, a presença dos amigos que estão nas galerias assistindo a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência parabena os que assistiram a Sessão, por agüentar até às 17h50. Comunico aos Srs. Parlamentares que haverá uma Sessão logo após o encerramento desta, que será a antecipação da Sessão de amanhã em virtude da viagem dos Deputados a Paranaguá.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 199, 200 e 202/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 062/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 795/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CRISTINA BEATRIZ VIANNA KUSTER, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 796/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FLAVIO OLIVEIRA DE FARIAS, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 797/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUIZ GUILHERME ACHCAR CAPRILHONE, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 798/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JULIANA MOREIRA CARRARETTO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 799/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MOACIR JOSE HANZEN, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 800/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CASSIANO RICARDO WEINHARDT BAPTISTA, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 801/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELEDIR TEREZINHA FRANCISQUINI, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 802/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELISANDRA DE PAULA GOMES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 803/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EILLEN ZUBEK, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 804/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUIZ DANIEL FERNANDES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 805/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCO AURELIO MENDES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 806/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LETICIA MARIA CORDEIRO DE MATTOS, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 807/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ALESSANDRO MORAES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 808/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover WILSON ROBERTO SANTANA, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 809/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSE RENATO STRAPASSON, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 810/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ALAN VON HOLLEBEN, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 811/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FATA JAMAL ISMAIL, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 812/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover DIRCINHA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 813/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCIO JULIANO RIBEIRO KEKIS, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 814/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover DANIELLI CRISTINA ROMANINI LEITE, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 815/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUCIANO BASILIO PILATTI, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 816/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RENATO CABRINI, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 817/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ADRIANO NOVAES NUNES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 818/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EDUARDO SOARES GOMES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 819/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GILDO PETRUS FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 820/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JULIANO DE BOTTENCOURT KLIMOVICS, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 821/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JUDKARLA JANOTTO DA FONSECA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 822/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CAROLINE ISIS MAYER, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 823/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover KATIELLE AMBROSIO PAZ, para exercer cargo em Comissão, junto à Coordenadoria da Gráfica, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 824/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EMERSON HIPPOLYTO DE QUEIROZ, para exercer cargo em Comissão, junto à Coordenadoria da Gráfica, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 825/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIA IVONETE GUIMARÃES VENTURA DO NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto à Coordenadoria da Gráfica, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 826/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover IRIS DO NASCIMENTO GOMES CASTRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 827/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover BENEDITO APARECIDO DE CAMPOS BARBOSA, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 828/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SUSANA TEREZINHA GRASSI BORGHETTI, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 829/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MALAQUIAS TAVARES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 830/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EMANUELA MACHIANELLI, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 831/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SADY JORGE FINGER, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 832/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CESAR ALAOR FANTINEL, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 833/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUCIANA NITATORI MAZARO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 834/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MICHELLE LAMOUR ZAWOTZKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Anibelli, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 835/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSE RODRIGO DAVID LOPES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 836/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JAIRO MINOSSO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 837/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RODRIGO CAMILOTTI RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 838/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSE ANTONIO DE MELO FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 839/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ARMINDO SALDANHA NETO JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 841/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, URSULA KUHLEMANN, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 842/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover URSULA KUHLEMANN, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário